



Relatório de Gestão

2022/2023

Sistemas Penal e
Socioeducativo



FAZENDO JUSTIÇA





Relatório de Gestão

2022/2023

Sistemas Penal e
Socioeducativo



FAZENDO JUSTIÇA

CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

Presidente: Ministra Rosa Maria Weber

Corregedora Nacional de Justiça: Ministro Luis Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Mauro Pereira Martins

Richard Pae Kim

Salise Monteiro Sanchotene

Marcio Luiz Coelho de Freitas

Jane Granzoto Torres da Silva

Giovanni Olsson

João Paulo Santos Schoucair

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Marcello Terto e Silva

Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral: Gabriel Matos

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica: Ricardo Fioreze

Diretor-Geral: Johaness Eck

Supervisor DMF/CNJ: Conselheiro Mauro Pereira Martins

Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador DMF/CNJ: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Edinaldo César Santos Junior

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: João Felipe Menezes Lopes

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Jônatas dos Santos Andrade

Juíza Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Diretora Executiva DMF/CNJ: Renata Chiarinelli Laurino

Chefe de Gabinete DMF/CNJ: Carolina Castelo Branco Cooper

MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Ministro da Justiça e Segurança Pública: Flávio Dino de Castro e Costa

Secretário Nacional de Políticas Penais: Rafael Velasco Brandani

PNUD BRASIL (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Representante-Residente: Katyna Argueta

Representante-Residente Adjunto: Carlos Arboleda

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Coordenadora-Geral (equipe técnica): Valdirene Daufemback

Coordenador-Adjunto (equipe técnica): Talles Andrade de Souza

FAZENDO JUSTIÇA – RELATÓRIO DE GESTÃO 2022/2023

Elaboração: Comunicação Fazendo Justiça

Apoio técnico: equipes nacionais Fazendo Justiça

Produção: Débora Zampier, Phillipe Campos, Ísis Capistrano, Leonam Bernardo, Lívia Reis, Natasha Cruz, Pedro Malavolta

Edição: Débora Zampier

Projeto Gráfico e diagramação: Bernardo Costa

Revisão: Programa Fazendo Justiça

APRESENTAÇÃO

A construção de uma sociedade justa, livre e solidária, conforme expresso em nossa Constituição Federal, exige que compreendamos a garantia de direitos para além da retórica, especialmente em um país de tantas desigualdades. Desaguadouro de disfunções sistêmicas, os ambientes de privação de liberdade abrigam sujeitos de direito que um dia retornarão ao convívio social, e cabe a nós garantirmos uma responsabilização proporcional, com dignidade na privação ou restrição de liberdade, além de oferecermos cidadania e oportunidades para que o ciclo penal e o ciclo socioeducativo cumpram seu papel.

Cuidar da privação de liberdade é um ganho duplo para a magistratura, pois enquanto priorizamos a dignidade da pessoa humana enquanto direito absoluto, qualificamos a prestação jurisdicional. Melhorar a oferta de serviços à população, de forma alinhada ao conceito de 'CNJ raiz' que defendi ao assumir a presidência desta Casa, envolve não apenas garantir a correta aplicação das leis, mas buscar racionalidade nos gastos públicos e apresentar respostas aos anseios da sociedade por um país mais seguro, desenvolvido e inclusivo.

É nesse contexto que damos sequência à série de ações coordenadas pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras dezenas de parceiros para acelerar transformações no campo da privação de liberdade por meio do programa Fazendo Justiça. Nesta publicação, apresentamos os principais avanços registrados durante minha gestão para qualificar respostas no campo penal e no campo socioeducativo, respostas essas que partem de normativas e boas práticas nacionais e internacionais.

As 29 ações que integram o portfólio do programa, sob condução de nosso Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, reforçam o compromisso do Judiciário nacional com o cumprimento de nossa Constituição e de nossas leis. Norteados pelo julgamento cautelar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347, buscamos construir respostas estruturantes para as fases do ciclo penal e socioeducativo com foco na efetividade e na sustentabilidade das incidências.

Esses avanços só são possíveis com a participação ativa do Judiciário, na figura de tribunais, magistrados e magistradas, assim como agentes do sistema de justiça e demais atores com atuação na área, motivados por novas soluções para antigos desafios. As informações e evidências que compõem esta publicação comprovam que a atuação construída coletivamente é o caminho necessário para uma resposta de Estado capaz de reescrever o estado de inconstitucionalidade que caracteriza nossas prisões.

Rosa Weber

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

SIGLAS

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
APEC	Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada
APIs	Interface de Programação de Aplicação (sigla em inglês)
APT	Associação para a Prevenção à Tortura
Arpen	Associação dos Registradores de Pessoas Naturais
BI	Business Intelligence
BNMP 3.0	Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (CNJ)
CDHEP	Centro de Direitos Humanos e Educação Popular
CEAJud	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário
CIAP	Central Integrada de Alternativas Penais
CME	Central de Monitoração Eletrônica
CNACL	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNJ)
CNIUPS	Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos
CNIUS	Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNJ)
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
Cofipape	Comitê para o Fortalecimento e para a Implementação da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional do Poder Judiciário
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
Corte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CPP	Código de Processo Penal
CRCJud	Central de Informações do Registro Civil
Cumprdecs	Procedimentos de acompanhamento de cumprimento de decisão (CNJ)
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DMF/CNJ	Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (CNJ)
DPJ/CNJ	Departamento de Pesquisas Judiciárias (CNJ)
DTI/CNJ	Departamento de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (CNJ)
EaD	Ensino à distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECI	Estado de Coisas Inconstitucional
Enfam	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FDC	Fluxo de Documentação Civil
FONAPE	Fórum Nacional de Alternativas Penais

Funpen	Fundo Penitenciário Nacional
GMF	Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MDC	Módulo de Documentação Civil
MDP	Medidas Diversas da Prisão
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública do Executivo Federal
NAI	Núcleo de Atendimento Integrado
NES	Núcleo de Estratégia e Sustentabilidade
NIT	Núcleo de Informação e Tecnologia
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OSC	Organização da sociedade civil
PDPJ	Plataforma Digital do Poder Judiciário
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAISARI	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei em Regime de Internação ou Internação Provisória
PNAT	Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSE	Plataforma Socioeducativa
Raesp	Redes de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
Renaesp	Rede Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional
SEEU	Sistema Eletrônico de Execução Unificado
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SISDEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SISTAC	Sistema Audiências de Custódia (CNJ)
STF	Supremo Tribunal Federal
TED	Termo de Execução Descentralizada
TRF	Tribunal Regional Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UnB	Universidade de Brasília
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
VEP	Vara de Execução Penal

PARCEIROS



FAZENDO JUSTIÇA



Conselho Nacional de Justiça

Coordena nacionalmente as ações do Fazendo Justiça, em articulação com parceiros e atores em diferentes níveis federativos, induzindo a consolidação de estruturas que permitem a continuidade dos resultados alcançados.



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Coopera tecnicamente com a implementação do Fazendo Justiça, coordenando a equipe responsável pelo planejamento, desenvolvimento de estudos e metodologias, bem como pela implantação das ações em nível nacional e estadual.



Secretaria Nacional de Políticas Penais

Ligada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, acordou ações específicas e repassou recursos necessários, contribuindo para a execução do programa. A partir da conclusão dos termos em junho de 2023, apoia temas de interesse mútuo.

APOIO – SAIBA COMO ATUAM OS APOIADORES NA PÁGINA 78



SUMÁRIO

Destaques	8
Introdução	14
Eventos nacionais e internacionais	17
Normativas	24
Publicações	25

SISTEMA PENAL

Proporcionalidade penal: audiências de custódia	30
Proporcionalidade penal: alternativas penais, monitoração eletrônica e Central de Regulação de Vagas	34
Cidadania para pessoas privadas de liberdade	39
Cidadania para pessoas egressas e familiares	44
Identificação e documentação civil	47
Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)	50

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Atendimento inicial integrado + Central de Vagas	56
Garantia de direitos no cumprimento da medida	59
Audiências concentradas + Programa Pós-Medida	61
Plataforma Socioeducativa e CNIUPS	63

AÇÕES E TEMAS TRANSVERSAIS

Parceiros/apoio	75
ANEXO I – Normativas, atos administrativos e orientações técnicas	78
ANEXO II – Produtos de conhecimento	80
Ficha técnica	85

DESTAQUES CICLO PENAL

PROPORCIONALIDADE PENAL



CENTRAL DE
REGULAÇÃO DE VAGAS

Operação iniciada no Maranhão
3 estados com tratativas em
andamento para implantação:
AC, PB e MT

Audiências de custódia



24 UFs

com **Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC)**, 3 novas UFs nesta gestão

Lançado curso e-learning da coleção
Fortalecendo Audiências de Custódia

Lançados informativos **em seis**
línguas indígenas

Alternativas penais

Fórum Nacional de Alternativas Penais:
quarta edição realizada em três dias de
evento, abordando a Lei de Drogas, **com**
350 participantes presenciais e mais de
4,6 mil visualizações no YouTube

1 nova Central Integrada de
Alternativas Penais implantada
após facilitação de financiamento via
Senappen, totalizando **4 UFs** desde o
início do programa

13 UFs com dinâmicas para
fortalecimento das alternativas penais,
a exemplo de grupos e comitês

Monitoração eletrônica



Conferência Internacional sobre
Monitoração Eletrônica – evento inédito
com 1400 participantes, 160 em modo
presencial, e 9.937 visualizações no
YouTube nos três dias de evento

1 normativa local elaborada segundo ato
normativo do CNJ, **totalizando 8** desde o
início do programa

Campanha informativa com vídeos para
o sistema de justiça e para a sociedade,
em português e inglês

CIDADANIA

Inspeções e anti-tortura

GTs ampliados para 4 UFs, chegando a 9 desde o início do programa

4 UFs com qualificação de fluxos e atos normativos

Primeiro curso de formação no Ceará, com replicabilidade em todo o país

Participação Social

Aprovada Política para o Fortalecimento dos conselhos da comunidade; lançado manual para implementação da política

Pessoas egressas

30 novas unidades de Escritórios Sociais inauguradas em **8 UFs**, totalizando 53 unidades em funcionamento em **21 UFs**

+ de 27, 6 mil atendimentos realizados a **pessoas egressas e familiares**

Saúde mental

Aprovada Política Antimanicomial do Poder Judiciário; lançada página especial e manual para implementação em evento online com 1,5 mil visualizações

GTs de saúde mental ampliados para 11 UFs, com 20 no total

Trabalho e Renda

Ação de Trabalho e Geração de Renda formalizada em 4 UFs, 12 UFs com manifestação de interesse

Leitura

Realizada terceira Jornada de Leitura no Cárcere, com 30 mil participantes nos três dias de evento

Lançada Rede Nacional de Atenção a Pessoas Egressas; 1 nova UF com Rede de Atenção a Pessoas Egressas, totalizando **8 unidades da federação**

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Lançamentos nacionais

concluídos em julho de 2023 com 14 novas UFs no período

25 UFs com fluxos para emissão de documentos com 2 novas UFs no período

+ 17,1 mil pessoas identificadas e **31,7 mil** incluídas na base de dados do TSE

+ 10,3 mil documentos localizados ou emitidos/atualizados (RG, CPF, Título e RNM)

+ 21,5 mil protocolos concluídos para a regularização de documentos de pessoas que tiveram contato com o cárcere

Ciclo de formação **com mais de 4,5 mil participantes** em oito módulos



DESTAQUES

CICLO SOCIOEDUCATIVO



Inspeções e combate à tortura

lançado **manual com metodologia de inspeções em unidades de atendimento socioeducativo** e manual para preenchimento do CNIUPs no meio fechado, **em evento com 302 participantes e 2.372 visualizações**

Aprovada normativa sobre adolescentes indígenas

no sistema socioeducativo

Centrais de vagas implantadas em 7 novas UFs

totalizando **20 UFs** com serviço

Audiências concentradas implantadas em 8 novas UFs

totalizando **20 UFs** com serviço

Programa Pós-Medida implantado em 1 UF

totalizando **8 UFs** com serviço

Atendimento Inicial Integrado

qualificações em andamento no Maranhão.

NAIs em funcionamento **em 6 municípios**, e um município com fluxo em operação



Realizado primeiro Encontro da Justiça Juvenil

com representantes de tribunais de todo o país com atuação na área

DESTAQUES

SISTEMAS E CADASTROS

Ciclo penal

**SEEU
implantado
no TRF4**

totalizando **36 tribunais estaduais**, regionais e militares operando o sistema

Integração **Sisdepen Indivíduos**
Módulo **medidas diversas da prisão**
Módulo **medidas de segurança**
Módulo **editor de textos**
Emissão de **certidão de antecedentes criminais**

89,9%
de saneamento geral

3,3 mil evoluções
(chamados atendidos),
7,8 mil no total

1,4 milhão de processos
de execução penal **em tramitação no SEEU**

Ciclo socioeducativo

CNIUPs em operação

registrando inspeções obrigatórias nas unidades de meio fechado e semiaberto

1.609 inspeções bimestrais
realizadas desde janeiro de 2023

451 unidades socioeducativas
cadastradas no CNIUPs

402 inspeções, em média, realizadas por bimestre



Plataforma
Socioeducativa

projeto piloto lançado
no Rio Grande do Norte

DESTAQUES

TRANSVERSAIS/ INTEREIXOS

Mutirão processual penal

+ de 21,7 mil solturas

na **nova metodologia do mutirão carcerário**

Mulheres

Lançado **painel de monitoramento da Resolução 369/2021**

Saúde mental

Realizado **Seminário Internacional de Saúde Mental, com 1,9 mil pessoas inscritas** e 12,3 mil visualizações

Fundos municipais

lançados em 17 novos municípios, totalizando 26 municípios em 11 UFs

Apoio à vítimas

pelo menos **10 novas UFs mobilizadas** para tratamento institucional do tema no judiciário, **totalizando 17 com a prática em andamento**



Encontro Nacional dos GMFs

realizada nova edição **com 90 participantes de todo o país**

Internacionalização

22 produtos lançados em inglês e espanhol, apoio à Unidade de Monitoramento e Fiscalização da Corte Interamericana de Direitos Humanos

OUTROS DESTAQUES

3 normativas aprovadas

26 desde o início do programa (resoluções e recomendações)

+ de 31,5 mil participantes

em eventos ou capacitações, **+ de 89,5 mil** desde o início do programa

48 publicações técnicas lançadas

124 no total Série Fazendo Justiça e coleções

COMUNICAÇÃO

Produzido o Informe

Transformando o Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras – Caminhos e avanços a partir do julgamento cautelar da ADPF 347

+ de 3,8 milhões de visualizações

em ações para redes sociais na gestão
+ de 15 milhões no total

+ de 1,3 mil matérias publicadas

na **imprensa nacional e internacional**, pelos tribunais e pelos canais do CNJ e do PNUD na gestão
+ de 5,2 mil desde o início do programa

Campanha Transformando a Privação de Liberdade

histórias de **personagens impactados pelo programa**. Publicações em inglês e espanhol + 6 vídeos veiculados nas redes do CNJ, PNUD e na TV Justiça

10 artigos publicados

em veículos como **Folha de S.Paulo, O Globo e Revista Consultor Jurídico** durante a gestão, **9 de autoria da ministra Rosa Weber**

+ de 40 atendimentos

à imprensa
295 desde o início do programa

194 vídeos

na playlist do programa no **YouTube**

COMUNICA



FAZENDO JUSTIÇA

Para divulgar notícias sobre as transformações em curso, foi criado o grupo de whatsapp **Comunica Fazendo Justiça**. O grupo é aberto para pessoas que atuam no campo penal e socioeducativo e para todas as pessoas com interesse na área. Apenas administradores podem postar, mantendo o foco do grupo.

**FAÇA PARTE
VOCÊ TAMBÉM
E COMPARTILHE
O CONVITE COM
SUA REDE!**



bit.ly/grupoFJ

INTRODUÇÃO

O **Fazendo Justiça** existe em razão do entendimento de que novos resultados na privação de liberdade demandam novas formas de compreender e de enfrentar **questões para além da responsabilização**. Para garantir a vida harmônica em sociedade, a discussão deve alcançar temas como a presença do Estado, a garantia de direitos previstos em lei, o fomento ao exercício da cidadania, o impulsionamento de capacidades individuais e o próprio sentido da prestação de Justiça.

O CNJ, por meio de seu **Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas**, vem construindo um portfólio de atividades que consideram pontos de atenção nas diferentes fases do ciclo penal e do ciclo socioeducativo. Completas em seus objetivos e finalidades, cada ação também é compreendida enquanto peça de uma engrenagem maior que precisa funcionar de forma coordenada para produzir resultados.



Desta forma, as 29 ações da atual fase do programa, trabalhadas em parceria com o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** e diversos apoiadores, oferecem um olhar especializado para a porta de entrada, passando pela promoção de cidadania e pela garantia de direitos na execução da pena ou da medida socioeducativa, cuidando também da qualificação na porta de saída de modo a evitar a reentrada.

Desde 2019, o CNJ atua por meio do programa para suprir lacunas na produção de conhecimento – movimento essencial para formulação e monitoramento de políticas públicas – reforçar o arcabouço normativo, qualificar serviços e produtos e difundir informações. Isso ocorre, inclusive, por meio da ampliação do diálogo e da articulação entre diferentes atores para soluções colaborativas e sustentadas.

FAZENDO JUSTIÇA E OS ODS 2030 DAS NAÇÕES UNIDAS



Em setembro de 2015, líderes mundiais decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O **Fazendo Justiça** está alinhado de forma mais direta ao **Objetivo 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)**. Dado o caráter abrangente do programa, que tangencia diversos temas relativos a pessoas e desenvolvimento, também há interface das atividades com metas dos objetivos 1 (Erradicação da Pobreza), 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades), e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Sobre esta publicação / organização do programa

Esta publicação destaca os avanços do **ciclo de gestão compreendido entre setembro de 2022 e setembro de 2023**, ao mesmo tempo em que soma a contribuição deste período para o total observado do programa.

O **foco da narrativa é nacional**, relatando os feitos realizados por cada eixo de ação do programa (vide quadro a seguir), implementadas com o apoio das **equipes e parceiros locais**.

O Fazendo Justiça se organiza em **quatro eixos temáticos responsáveis por diferentes iniciativas coordenadas pelo DMF/CNJ**, além de um **eixo para gestão técnica e ações transversais**. Esses eixos executam atividades direcionadas para diferentes fases do ciclo penal e do socioeducativo, que se complementam entre si para resultados com foco no longo prazo.

Para informações detalhadas sobre avanços em cada unidade da federação, consultar o Relatório **Unidades da Federação 2022/2023**.



Para a próxima fase do programa, o modelo de atuação das equipes locais será ampliado, com mais profissionais atuando na ponta e dando suporte aos parceiros locais de maneira setorizada para as ações do campo penal e do sistema socioeducativo.

Apoio do Executivo

Em meados de 2023, foram encerrados três termos de execução descentralizada (TED) entre o **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, por meio da Secretaria Nacional de Políticas Penais, e o **CNJ**, ponto de partida para o que hoje é o programa **Fazendo Justiça**.

Os termos abordaram alguns dos assuntos trabalhados pelo programa no campo penal. Desde a conclusão dos termos, a Senappen vem atuando de forma colaborativa ao CNJ em temas de interesse mútuo.

Temas dos TEDs:

- **Desenvolvimento de estratégias** para promover a redução da superlotação e superpopulação carcerária no Brasil, com enfoque nas políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica de pessoas
- **Promoção da documentação civil** das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, incluindo a execução do cadastramento da identificação biométrica
- **Aprimoramento da base de dados** do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – Sisdepen, por meio de aperfeiçoamento e interoperabilidade e disseminação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)

SISTEMA PENAL

PORTA DE ENTRADA

- AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA
- CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS
- ALTERNATIVAS PENAIS
- IDENTIFICAÇÃO CIVIL NA PORTA DE ENTRADA

EXECUÇÃO

- GESTÃO INFORMATIZADA DA EXECUÇÃO PENAL - SEEU
- ALTERNATIVAS PENAIS + MONITORAÇÃO ELETRÔNICA
- QUALIFICAÇÃO DAS INSPEÇÕES JUDICIAIS COM ENFRENTAMENTO À TORTURA
- INSTITUCIONALIZAÇÃO DO INCENTIVO À LEITURA E AO ESPORTE
- AÇÕES PARA TRABALHO E RENDA DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE
- FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL
- FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA EXECUÇÃO PENAL
- IDENTIFICAÇÃO CIVIL NO SISTEMA PRISIONAL

PORTA DE SAÍDA

- ESCRITÓRIOS SOCIAIS, ESCRITÓRIO SOCIAL VIRTUAL, RAESPS E RENAESP
- AÇÕES PARA AMPLIAR O ACESSO DE PESSOAS EGRESSAS A POLÍTICAS PÚBLICAS, ASSIM COMO A TRABALHO E RENDA E OPORTUNIDADES
- EMISSÃO DE DOCUMENTOS PARA PESSOAS EGRESSAS E PRÉ-EGRESSAS

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

PORTA DE ENTRADA

- NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO (NAI) E FLUXO DE ATENDIMENTO INICIAL
- CENTRAL DE VAGAS SOCIOEDUCATIVA
- TRÁFICO COMO UMA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL

EXECUÇÃO

- GESTÃO INFORMATIZADA DA EXECUÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA – PLATAFORMA SOCIOEDUCATIVA
- QUALIFICAÇÃO DAS INSPEÇÕES JUDICIAIS COM ENFRENTAMENTO À TORTURA
- INSTITUCIONALIZAÇÃO DO INCENTIVO À LEITURA
- GARANTIA DE CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL
- ACESSO A APRENDIZAGEM DURANTE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

PORTA DE SAÍDA

- AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS
- PROGRAMA PÓS-MEDIDA
- ACESSO À APRENDIZAGEM APÓS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Transversais: mutirão processual penal; fortalecimento dos GMFs; estruturação do atendimento às vítimas de crimes e atos infracionais; populações com vulnerabilidade acrescida, equipes interdisciplinares no Poder Judiciário, articulação internacional e proteção de direitos humanos; adequação à LGPD



Conheça mais sobre cada ação e os atores envolvidos na sua implementação acessando os folders explicativos

EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS 2022-2023

Além de dezenas de atividades direcionadas a públicos específicos, a exemplo de reuniões de articulação, formações, capacitações, workshops e webinários, o Fazendo Justiça organizou eventos com abrangência nacional e internacional, nas modalidades presencial, online e híbrida. Com o fim da pandemia de Covid-19, este ciclo foi marcado pela retomada de eventos presenciais.

Os eventos reunidos nesta página de modo a permitir um olhar geral das atividades da gestão são retomados nas áreas temáticas respectivas deste relatório. A lista completa de eventos e formações do programa pode ser conferida no Relatório das Unidades da Federação, que inclui detalhamento de eventos com focos regionais e locais - alguns eventos locais são citados nesta sessão em razão de sua relevância estratégica.



Acesse o QR Code para ter acesso a vídeos de dezenas de eventos do programa disponíveis no repositório online do CNJ

Proporcionalidade penal

Lançamento materiais informativos sobre audiências de custódia em línguas indígenas

20 e 21 de Março de 2023

~ 200 participantes

Amazonas

A série de eventos em Tabatinga e na Aldeia Paraná representou a primeira missão oficial da ministra Rosa Weber enquanto presidente do STF e do CNJ. Os materiais foram lançados nas línguas Ticuna, Marubo, Matis e Kanamari.



Conferência Internacional sobre Monitoração Eletrônica

21 a 23 de junho de 2023

1.400 participantes

160 em modalidade presencial

9.937 visualizações no YouTube

português/inglês

Internacional



Com o tema **Tecnologia, Ética e Garantia de Direitos**, o evento inédito abordou desafios para qualificar a monitoração eletrônica no contexto brasileiro à luz de experiências nacionais e internacionais, além de discutir questões como o papel das novas tecnologias e perspectivas futuras na aplicação da modalidade.



Aula inaugural da 2ª Edição do Curso “Jurisdição penal Contemporânea e Sistema Prisional”

Evento que abriu mais uma edição do curso de especialização realizado em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). A aula foi transmitida para todo o país como parte de um seminário de três dias com os alunos.

8 de agosto de 2023

40 participantes +

Nacional

300 visualizações

YouTube CNJ e Enfam

4ª Fórum Nacional de Alternativas Penais – Fonape

O Fonape é o principal espaço de reflexões e debates sobre as alternativas penais no Brasil e, em 2023, abordou o tema “Alternativas Penais e Políticas sobre Drogas: Caminhos para Novos Paradigmas no Brasil” para superar desafios relacionados aos processos de criminalização e encarceramento.

13 a 15 de setembro de 2023

350 participantes

inscritos para o presencial

4.651 visualizações no YouTube

Internacional



Cidadania

3ª Jornada de Leitura no Cárcere

Parceria entre o CNJ e Observatório do Livro e da Leitura, a 3ª edição da Jornada de Leitura no Cárcere destacou a Resolução CNJ n. 391/2021, que aborda a remição de pena por meio das práticas socioeducativas. Escritores e especialistas debateram a leitura como prática de transformação social.

29 de novembro a 1 de dezembro de 2022

+ de 30 mil participantes

+ de 3.500 visualizações no YouTube

Nacional



Lançamento da Rede Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional – Renaesp



Workshop e evento de lançamento da Rede Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional. Com apoio da Raesp-RJ e o Instituto Igarapé, o CNJ promoveu intercâmbio entre as Raesps estaduais para a formalização de uma rede nacional, alinhada à Resolução CNJ n. 307/2019. Foram lançadas três publicações e promovidos debates com especialistas de diversas instituições e pessoas egressas.

11 e 12 de julho de 2023

3.107 participantes online

21 participantes presencial

Nacional

Lançamento do Manual e da Página Especial sobre a Política Antimanicomial do Poder Judiciário

O manual é um modelo de orientação para orientar magistrados e servidores do Judiciário sobre atenção e cuidado em saúde mental das pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei e a implementação da Resolução CNJ n. 487/2023, que estabelece a Política Antimanicomial do Poder Judiciário. A página especial no site do CNJ reúne diversas informações úteis, e é apresentada de forma interativa.

18 de setembro de 2023

+ de 1,5 mil visualizações no YouTube

Nacional

Sistemas e identificação

Lançamento do módulo de Medidas Diversas da Prisão (MDP) do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) e integração do SEEU com o Sisdepen



Evento que celebrou a qualificação, aplicação e acompanhamento das medidas de alternativas penais no país e a integração dos dois principais sistemas no âmbito da execução penal brasileira: o SEEU e o Sisdepen Indivíduos (gerido pelo Senappen, antigo Depen).

28 de novembro de 2022

~ 1.500 participantes/visualizações
no YouTube Presencial e online

Nacional

Evento de conclusão da implantação das Ações Nacionais de Identificação Civil e Documentação

A nacionalização da Ação de Identificação Civil e Documentação de Pessoas Presas foi concluída em São Paulo, estado que reúne um terço da população prisional do país. A presidente do CNJ e do STF, ministra Rosa Weber, esteve no local, acompanhada do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

28 de julho de 2023

~ 100 participantes

São Paulo



Webinário A Importância da Documentação para as Pessoas Privadas de Liberdade

21 de agosto de 2023

1,8 mil visualizações no YouTube
Nacional

O Webinário marcou o lançamento do 1º Ciclo de Capacitação online da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade, curso de oito módulos que abarcam três grandes temas: Identificação Civil, suporte e emissão de documentos. No evento, abordou-se como a falta de acesso à documentação é uma das principais barreiras no acesso a direitos sociais para a população carcerária ou egressa.

Socioeducativo

Encontros VI, VII e VIII das Jornadas Formativas: 10 anos da Lei do Sinase

Continuidade do evento em alusão aos 10 anos da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O VI Encontro teve como pauta central o tema “Gênero e Raça no Socioeducativo”; o VII Encontro abordou o ‘Monitoramento das Centrais de Vagas’ e o VIII Encontro tratou sobre “Orçamento e Políticas Socioeducativas”.

Setembro, outubro e novembro de 2022

363 participantes

+ 575 visualizações do Youtube

Nacional

Inspeções no Socioeducativo e novo Cadastro Nacional de Inspeção em Unidades e Programa Socioeducativos – CNIUPS

Evento de dois dias para lançar nova metodologia de inspeções e o cadastro com novos parâmetros para as inspeções judiciais nas unidades e programas socioeducativos.

29 e 30 de novembro de 2022

302 participantes

2.372 visualizações do Youtube

Nacional

Encontro Nacional da Justiça Juvenil

Profissionais do Judiciário que atuam na Justiça Juvenil em todo o país se reuniram em Brasília para trocar experiências e discutir as melhores práticas e os desafios da realidade do sistema socioeducativo em seus estados.

4, 7, 11, 14 e 18 de julho de 2023

76 participantes

Nacional



Lançamento do piloto da Plataforma Socioeducativa



25 de julho de 2023

~ 150 participantes

Rio Grande do Norte

Em evento com a participação da presidente Rosa Weber, foi lançado no Rio Grande do Norte o piloto do sistema que automatiza a gestão de processos e emite alertas de prazos para magistrados e magistradas, além de criar uma base de dados confiável e segura sobre o perfil demográfico dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Transversais/Intereixos

2 Encontros com os Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMFs) dos Tribunais Regionais Federais (TRFs)

Reunião visando fortalecer o trabalho da Justiça Federal para transformações no sistema penal e na concretização de decisões internacionais de direitos humanos.

6 de fevereiro e 11 de maio de 2023

~ de 25 participantes por reunião

Online

Nacional



Seminário Internacional de Saúde Mental

Com o tema “Possibilidades para a efetivação da política antimanicomial na interface com o Poder Judiciário”, o seminário em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) mobilizou atores para a qualificação de uma política antimanicomial no Brasil a partir da Resolução CNJ n 487/2023.

15 e 16 de junho de 2023

1.963 inscritos

+ 12.000 visualizações no Youtube

Versões em português e inglês online

Internacional



Encontro Nacional dos GMFs

Os participantes discutiram temas como a institucionalidade dos GMFs e seu papel enquanto articulador no campo penal e socioeducativo; ações em andamento alinhadas às políticas do CNJ, fortalecimento do enfrentamento à tortura e maus-tratos e melhoria da gestão de dados.

3, 6, 10, 13 e 17 de julho de 2023

89 participantes

Presenciais

Nacional

Semana de lançamento do Mutirão Processual Penal 2023

24 a 28 de julho de 2023

Nacional

Com a presença da ministra Rosa Weber, a semana foi marcada por uma série de eventos para relançamento da política do CNJ atualizada com nova metodologia. As missões passaram por Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais e São Paulo.



Webinário de lançamento da publicação “Equipes Interdisciplinares do Poder Judiciário”

Evento de lançamento da publicação que apresenta boas práticas e estratégias para qualificar e fortalecer o trabalho dessas equipes nas áreas da execução penal, de alternativas penais e de execução de medidas socioeducativas, além da aproximação com as equipes dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo (GMFs) dos Tribunais.

6 de setembro de 2023

1,3 mil visualizações no YouTube

Nacional

NORMATIVAS

O apoio técnico do **Fazendo Justiça** à atuação do CNJ no campo normativo se dá de três formas.

1. Contribuição técnica junto ao DMF/CNJ, sempre que aplicável, para minutas relativas a temas de atuação do programa ;
2. Apoio técnico para difusão e implementação das normativas aprovadas, inclusive por meio da produção de manuais e de capacitações;
3. Apoio ao CNJ no monitoramento de implantação das normativas em vigor, sempre que necessário.

**3 normativas
aprovadas durante a
gestão**

Normativas aprovadas na atual gestão

- **Resolução N° 487 de 15/02/2023** – Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.

A resolução regulamenta tema que é objeto de atenção do programa desde seu início, formalmente desde 2020, com a ação de fomento à políticas de saúde em estabelecimentos de privação de liberdade (PNAISP). A participação do programa se dá tanto no campo penal como no socioeducativo, e inclui produção de manual, apoio a grupos de trabalho, fomento a programa nacional e formações.

- **Resolução N° 488 de 23/02/2023** – Institui a Política Judiciária para o Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e dá outras providências.

Desde o início de suas atividades, o programa trabalha no fortalecimento dos Conselhos da Comunidade na execução penal, reconhecendo-o como importante mecanismo de assistência, comunicação e defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade. Em 2022, publicou relatório atualizando a situação dos conselhos no país, e a partir da resolução, lança manual para implementação e irá realizar processos formativos.

- **Resolução aguardando numeração/Setembro 2023** – Estabelece procedimentos para tratamento de jovens e adolescentes indígenas no sistema socioeducativo.

A atenção a pessoas indígenas é um tema transversal ao programa, com diversas ações desenvolvidas por diferentes equipes. Em 2019, o CNJ aprovou normativa que aborda o tema da privação de liberdade para pessoas indígenas (Resolução CNJ n. 287/2019). Agora, a nova resolução promovê um olhar específico para adolescentes e jovens.

CONFIRA A LISTA COMPLETA DE NORMATIVAS APROVADAS DURANTE O PROGRAMA NO ANEXO DESTA PUBLICAÇÃO

PUBLICAÇÕES

Com 123 publicações técnicas em 10 coleções, além de diversos produtos informativos, o Fazendo Justiça apoia o CNJ a construir novos conhecimentos, mapear informações de interesse e apoiar a implementação de normativas. Confira as publicações produzidas na atual gestão:

47 publicações finalizadas ou atualizadas na atual gestão, incluindo traduções para inglês e espanhol de produtos já publicados

Proporcionalidade Penal

Audiências de Custódia

- Audiência de Custódia - Informações importantes para a pessoa presa e familiares 2ª edição

Alternativas Penais

- Levantamento nacional sobre a atuação dos serviços de alternativas penais no contexto da Covid-19
- Encarceramento em Massa e Alternativas à Prisão: 30 anos das Regras de Tóquio das Nações Unidas
- Fortalecendo vias para as alternativas penais - Um levantamento nacional da aplicação do Acordo de Não Persecução Penal no Brasil

Cidadania

Políticas de Promoção da Cidadania

- **Manual da Política Antimanicomial do Poder Judiciário:** Resolução CNJ n. 487 de 2023
- Cartilha de direitos das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional

Atenção à Pessoa Egressa

- Manual de Organização dos Processos Formativos para a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de gestão dos Escritórios Sociais IV - Metodologia de Enfrentamento ao Estigma e Plano de Trabalho para sua Implantação
- **Raesp - Guia Prático de Implementação**
- Relatório de Monitoramento dos Escritórios Sociais - Ano 2022

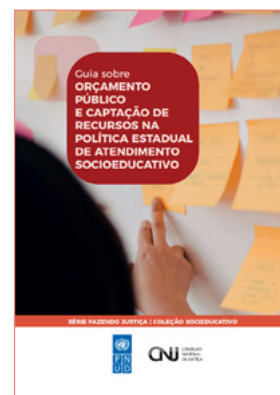


Identificação Civil

- Manual de instalação e configuração do software para coleta de biometrias Versão 13.0
- Manual de Identificação Civil e Coleta Biométrica Versão 18.0
- Manual de Identificação Civil e Coleta Biométrica nas Unidades Prisionais Versão 2.0
- Manual do Módulo de Documentação Civil no SEEU Perfil Depen

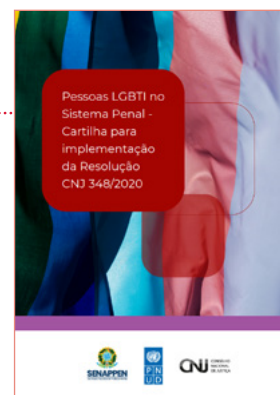
Sistema Socioeducativo

- Manual Resolução CNJ 77/2009 Inspeções Judiciais em unidades de atendimento socioeducativo
- Manual de orientação técnica para preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas socioeducativos (Cniups) - Meio Fechado
- **Guia sobre orçamento público e captação de recursos** na política estadual de atendimento socioeducativo
- Sumário Executivo - Orçamento público e captação de recursos na política estadual de atendimento socioeducativo



Gestão e temas transversais

- **Pessoas LGBTI no Sistema Penal** - Cartilha para implementação da Resolução CNJ 348/2020
- Pessoas LGBTI no Sistema Socioeducativo - Cartilha para implementação da Resolução CNJ 348/2020
- Caderno de orientações técnicas para o mutirão processual penal 2023
- Manual Legislação de Proteção de Dados Pessoais - Plataforma Socioeducativa
- Equipes Interdisciplinares do Poder Judiciário - Levantamento Nacional e Estratégias de Incidência
- **Informe - Transformando o Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras** - Caminhos e avanços a partir do julgamento cautelar da ADPF 347
- Fazendo Justiça - Conheça histórias com impactos reais promovidos pelo programa no contexto da privação de liberdade
- Relatório Mutirão Processual Penal 2023



Traduções (inglês e espanhol)

Alternativas penais

- Training Guide on Alternatives to Imprisonment I - Postulates, principles and guidelines for the policy of alternatives to imprisonment in Brazil
- Guía de Formación en Alternativas Penales I - Postulados, principios y directrices para la política de alternativas penales en Brasil



- Training Guide on Alternatives to Imprisonment II - Restorative Justice
- Guía de Formación en Alternativas Penales II - Justicia Restaurativa
- Training Guide on Alternatives to Imprisonment III - Pre-trial Non-custodial Measures
- Guía de Formación en Alternativas Penales III - Medidas Cautelares Distintas de la Prisión
- Training Guide on Alternatives to Imprisonment IV - Pre-prosecution transaction, Noncustodial sentences, Conditional discharge and Suspended Sentence
- Guía de Formación en Alternativas Penales IV - Acuerdo previo al enjuiciamiento, Penas alternativas, Suspensión condicional del proceso y Sentencia suspendida
- Training Guide on Alternatives to Imprisonment V - Restraining orders and other liability actions for men who commit violence against women
- Guía de Formación en alternativas penales V - Medidas de protección de urgencia y otras acciones para responsabilizar a los hombres que ejercen violencias contra las mujeres

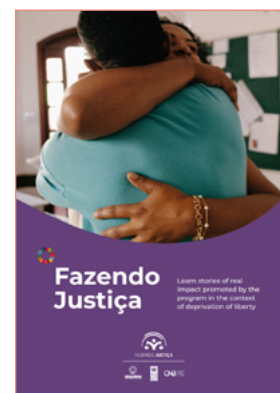
Monitoração eletrônica

- Management Model for Electronic Monitoring of People
- **Modelo de Gestión para el Monitoreo Electrónico de Personas**
- Electronic Monitoring Of People - Informative for Public Security Agencies
- Monitoreo Electrónico de personas - Informe para los Órganos de Seguridad Pública
- Electronic Monitoring of People - Informative Brochure for the Social Protection Policy Network
- Monitoreo Electrónico de personas - Informe para la Red de Políticas de Protección Social
- Electronic Monitoring of People - Informative Brochure for the Justice System
- Monitoreo Electrónico de personas - Informe para el Sistema de Justicia



Sistema Socioeducativo

- Manual for Classifying Drug Trafficking as one of the Worst Forms of Child Labor
- Manual para el reconocimiento del tráfico de drogas como una de las Peores Formas de Trabajo Infantil



Transversais

- **Fazendo Justiça - Learn stories of real impact** promoted by the program in the context of deprivation of liberty
- Fazendo Justiça - Conoce historias con impactos reales promovidas por el programa en el contexto de la privación de libertad

CONFIRA A LISTA COMPLETA DE PUBLICAÇÕES LANÇADAS PELO PROGRAMA NO ANEXO DESTA PUBLICAÇÃO

SISTEMA PENAL

CICLO PENAL

SISTEMAS E IDENTIFICAÇÃO

PROPORCIONALIDADE PENAL

AUDIÊNCIAS

DE CUSTÓDIA

Instituídas no Brasil há oito anos para garantir a apresentação de pessoas detidas ao Judiciário no menor prazo possível, qualificando a porta de entrada do Judiciário, as audiências de custódia superaram a marca de mais de 1,3 milhão realizadas em 2023. Dados do Executivo Federal indicam que, desde o início da operação, o percentual de prisões provisórias no país caiu de 40,13%, em 2014, para 25,48%, em 2023.

O CNJ atua por meio do programa Fazendo Justiça para fortalecer esse mecanismo conforme parâmetros nacionais e internacionais, bem como à luz da Resolução CNJ nº 213/2015 e de mudanças recentes no Código de Processo Penal. O objetivo é fomentar a legalidade das prisões, a proporcionalidade nas respostas penais e a inclusão social.

Este ciclo marcou a conclusão da parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) para a execução de ações conjuntas. Agora, o programa coloca em prática novo modelo de incidência para seguir apoiando magistradas, magistrados e tribunais na qualificação de fluxos e procedimentos, incluindo o preenchimento de sistemas informatizados e encaminhamentos de casos de tortura e maus-tratos, a publicação de produtos técnicos e a realização de formações, além da qualificação do atendimento às pessoas custodiadas e de serviços no interior.

Ações realizadas

181 mil audiências realizadas até setembro de 2023

Número já superou o total de audiências de custódia realizadas em 2019, ano anterior à pandemia de Covid-19 – 103 mil

Conversão de prisões em flagrante em medidas diferentes de prisão preventiva

Setembro 2022 **42%**

Setembro 2023 **47%**

Fonte: Sistac



ENTREGA PRINCIPAL:

- ✓ Qualificação das audiências de custódia em conformidade com os parâmetros nacionais e internacionais

+6,5 mil participantes

em formações e eventos desde o início da ação



Normativas de referência:

- **Resolução CNJ nº 213/2015** Regulamentação das audiências de custódia
- **Resolução CNJ nº 414/2021** Exames periciais em casos de tortura

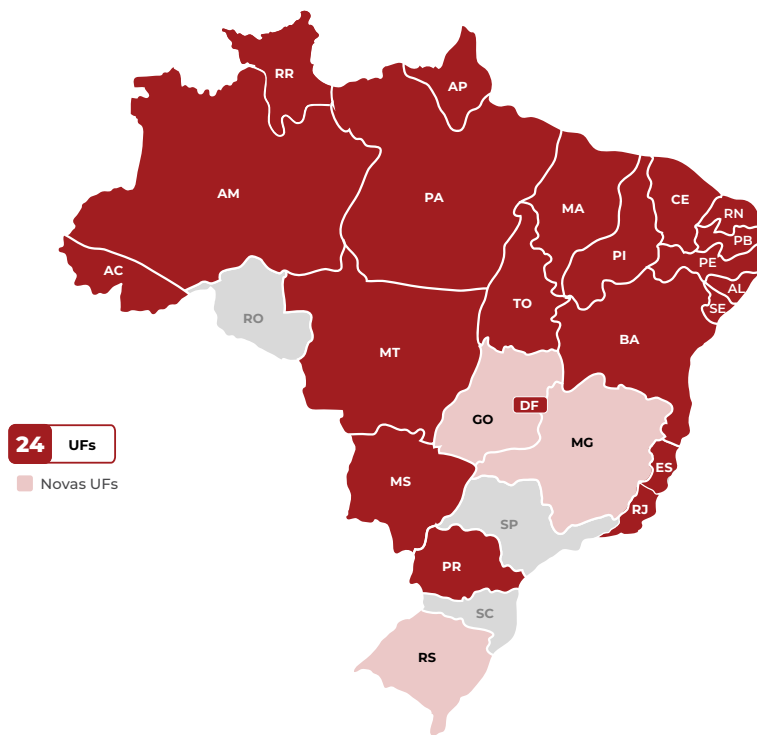
- **3 novas UF's incluídas no mapa das APECs** segundo metodologia do CNJ - MG, GO e RS, totalizando 24 UF's com o serviço;

- Realizada a **Formação Nacional em Audiência de Custódia - Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APECs)**, voltado às equipes interdisciplinares destes estabelecimentos, com a participação de 267 pessoas;

- Workshop **Proteção Social de Gestantes, Mães, Pais e Responsáveis por Crianças e Pessoas com Deficiência nas Portas de Entrada e Saída do Sistema Prisional**, sobre impacto da Resolução CNJ 369/21 nos atendimentos sociais da ponta. Evento realizado nacionalmente com equipes das APECs e dos Escritórios Sociais (ação conjunta com Eixo 3), somando 205 participantes;

- Publicada a 2ª edição do material informativo **Audiência de Custódia: informações importantes para a pessoa presa e seus familiares**;
- Reunião Técnica sobre procedimentos relativos a **pessoas LGBTI acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitoradas eletronicamente**, com participação de equipes multiprofissionais dos serviços APEC e Escritórios Sociais (ação desenvolvida em parceria com o Eixo 3), com 198 participantes.

➤ SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA (APEC)



E-learning Fortalecimento Audiências de Custódia

Curso lançado na plataforma do **Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud)** e na **plataforma global do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)**.

O conteúdo é uma adaptação pedagógica dos manuais publicados pelo CNJ em 2020, no contexto da parceria com o UNODC. O Curso se divide em dois módulos jurídicos, um módulo sobre proteção social, um módulo sobre prevenção e combate à tortura, um módulo sobre o uso de algemas e instrumentos de contenção. O acesso é gratuito, com emissão de certificado.



Missão histórica no Amazonas

Em março de 2023, a **ministra Rosa Weber** esteve no Amazonas, **em sua primeira missão oficial na Presidência do STF e do CNJ, para lançar materiais informativos sobre audiências de custódia nas línguas indígenas** Tikuna, Marubo, Kanamari e Matis. **A missão foi registrada em um minidocumentário**, disponível no canal do CNJ no YouTube.

Assista aqui ao minidocumentário



Além dessas, as línguas Parikwaki e Kheuól, no estado do Amapá, também ganharam traduções. Em 2022, os cartazes já haviam sido traduzidos nas línguas Baniwa, Nheengatu e Tukano. **O objetivo da ação de tradução é ampliar o acesso a informações sobre esse procedimento que ocorre logo após a prisão, incluindo direitos e garantias de todos os cidadãos.** Agora, também há registro em vídeo de tradutores recitando o conteúdo dos cartazes em algumas línguas, enriquecendo o repositório multimídias da ação.

Em Tabatinga (AM), a ministra afirmou que o lançamento dos cartazes reflete a caminhada e a vocação do Poder Judiciário para garantia dos direitos constitucionais dos indígenas, como garantia da informação e da preservação da cultura. Posteriormente, a ministra lançou a primeira tradução da Constituição para uma língua indígena, o Nheengatu.

“ Não abriremos mão do respeito aos povos e nações indígenas, que são a história viva do nascimento do Brasil. Imensurável o nosso orgulho de sermos uma das nações de maior diversidade étnica do planeta ”

— Rosa Weber.

Conclusão da parceria com o UNODC

Iniciada em 2019 e concluída em abril de 2023, a parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) promoveu o fortalecimento das audiências de custódia em diversas frentes, de modo alinhado às políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica. Para essa finalidade, alocou consultorias especializadas nas unidades da Federação para dar apoio técnico aos profissionais que atuam na área com base em diretrizes internacionais e boas práticas, além de promoverem o acesso de pessoas custodiadas à rede local de políticas públicas de proteção social.

A parceria promoveu o lançamento de diversas publicações técnicas, assim como a articulação e formação continuada de instituições e atores envolvidos nas audiências de custódia, a exemplo da série de encontros Rede de Altos Estudos em Audiências de Custódia e a disponibilização de dois cursos em formato EaD.

Publicações de referência (pré-gestão):

- **Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia:** Parâmetros Gerais (sumários executivos – português / inglês / espanhol)
- **Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia:** Parâmetros para Crimes e Perfis Específicos
- **Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia:** Parâmetros para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (sumários executivos – português / inglês / espanhol)
- **Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus-tratos para Audiência de Custódia** (sumários executivos – português / inglês / espanhol)
- **Manual sobre Algemas e Outros Instrumentos de Contenção em Audiências Judiciais:** Orientações Práticas para Implementação da Súmula Vinculante n.11 do STF pela Magistratura e Tribunais (Handbook on Handcuffs and Other Instruments of Restraint in Court Hearings) Sumários executivos – português / inglês / espanhol
- **Caderno de Dados I** – Dados Gerais sobre a Prisão em Flagrante durante a Pandemia de Covid-19
- **Caderno de Dados II** – Covid-19: Análise do Auto de Prisão em Flagrante e Ações Institucionais Preventivas
- **Manual de Arquitetura Judiciária para a Audiência de Custódia**
- **Cartilha Audiência de Custódia:** Informações Importantes para a Pessoa Presa e Familiares
- **Relatório Audiência de Custódia: 6 Anos** – Primeira Edição

PROPORCIONALIDADE PENAL ALTERNATIVAS PENAIS, MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS*

Com 649 mil pessoas privadas de liberdade em um sistema com 481 mil vagas disponíveis, segundo dados do Executivo de 2023, a lotação das unidades prisionais segue um desafio no Brasil. Em consonância com diversas normativas do CNJ, o Fazendo Justiça tem oferecido apoio técnico para tornar efetivas outras respostas do Estado para além da prisão, além de impulsionar ferramenta que garante um novo olhar para a ocupação prisional, a Central de Regulação de Vagas.

No campo das alternativas penais, o objetivo é consolidar uma terceira onda que resulte em redução proporcional do encarceramento com foco na resolução de conflitos. Esse movimento parte da evolução da primeira e da segunda ondas, que a partir da década de 1980, criaram os alicerces com bases normativas, indução de serviços e ampliação do debate sobre medidas diversas da prisão. O programa ainda trabalha para impulsionar um novo olhar sobre a monitoração eletrônica de modo a oferecer alternativas ao encarceramento no lugar da extensão do controle penal.

Ações realizadas

Alternativas Penais

- Implantada **Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP)** no RS, totalizando 4 unidades facilitadas pelo programa via convênios com a Senappen;

* Até 2021, o programa desenvolveu projeto sobre Justiça Restaurativa. Com a conclusão das atividades, a ação não figura mais entre as entregas, mas alguns dados incluem essa ação, a exemplo da quantidade de participantes totais em formações



ENTREGAS PRINCIPAIS:

- ✓ Qualificação dos serviços de alternativas penais e monitoração eletrônica segundo normativas do CNJ
- ✓ - Parâmetros e procedimentos para adequação entre a lotação e a capacidade no sistema prisional

**+20,4 mil
participantes**

em formações e eventos desde o início da ação



Normativas de referência:

- **Resolução CNJ nº 288/2019** Alternativas penais
- **Resolução CNJ nº 412/2021** Monitoramento eletrônico de pessoas
- **Resolução CNJ nº 142/2023** Previsão Orçamentária – Alternativas Penais e Pessoas Egressas

ALTERNATIVAS PENAIS Facilitadas pelo programa via convênios Senappen

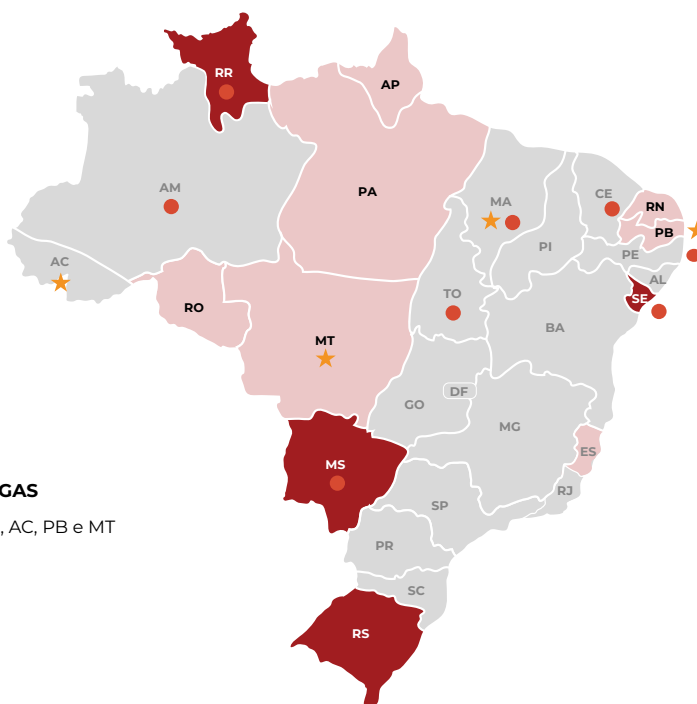
- CIAP implantada (4)
- CIAP com previsão de implantação (7)

MONITORAÇÃO ELETRÔNICA

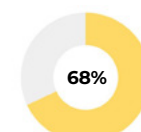
- Atos normativos estaduais (8)

CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS

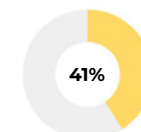
- ★ Centrais em andamento: MA, AC, PB e MT



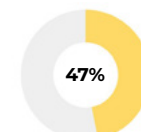
Sistema de Audiência de Custódia – SISTAC



Preenchimento do quesito raça, cor e etnia no sistema eletrônico



Taxa de conversão de prisões em flagrante em medidas diferentes de prisão preventiva



Taxa de conversão de prisões em flagrante em medidas diferentes de prisão preventiva (nas capitais apoiadas pelo FJ)

4º Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape)

De volta à modalidade presencial, a quarta edição do evento realizada em setembro de 2023, em Brasília, teve como tema **“Alternativas penais e políticas sobre drogas: caminhos para novos paradigmas no Brasil”**.

Ao longo de três dias, especialistas nacionais e estrangeiros debateram a história da criminalização das drogas, experiências internacionais, desafios específicos do contexto brasileiro em relação à descriminalização das substâncias e análises acerca da reprodução das desigualdades de raça e de gênero na política de drogas. O evento teve 350 pessoas inscritas para os painéis presenciais, e mais de 4,6 mil visualizações nas transmissões pelo YouTube.

Na abertura, a presidente do STF e do CNJ, ministra Rosa Weber, destacou que “a questão das drogas nas sociedades atuais enlaça campos como a saú-



de, economia, justiça, segurança pública, cultura, comunicação, tecnologia, ciência e enfrentamento ao racismo e encarceramento, o que demonstra a transversalidade desse tema”.

O Fonape também contou com a apresentação de produções acadêmicas sobre alternativas penais. Seleccionados por meio de edital, nove trabalhos de seis unidades federativas trouxeram análises sobre temas como Acordo de Não Persecução Penal, racismo institucional, acompanhamento de medidas cautelares diversas da prisão, e grupos reflexivos para homens autuados pela Lei Maria da Penha, entre outros.

- Lançada a publicação **Fortalecendo vias para as alternativas penais: um levantamento nacional da aplicação do Acordo de Não Persecução Penal no Brasil** durante o 4º Fonape, além de 10 traduções em inglês e espanhol para materiais já publicados;
- **13 UFs com dinâmicas para fortalecimento das alternativas penais**, a exemplo de grupos, comissões e comitês: AP, BA, CE, GO, MA, MS, PB, PE, RN, SE. Este número inclui UFs com Comitê de Políticas Penais ou estruturas semelhantes (AC, BA e ES), com pauta mais ampla;
- Lançamento do **Módulo de Medidas Diversas da Prisão (MDP) no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)**, em parceria com a equipe de Sistemas e Identificação (saiba mais na página 52) — a ferramenta permite o monitoramento virtual de medidas penais que não passam pelo encarceramento, auxiliando na produção de dados que orientem a elaboração de políticas públicas do Judiciário e do Executivo nesta área, além do aprimoramento da aplicação e gestão dessas medidas. Um webinar de apresentação do novo módulo foi realizado com a participação de 660 servidores que utilizam o SEEU em todo o país;
- Novos produtos publicados: **“Levantamento Nacional Sobre a Atuação dos Serviços de Alternativas Penais no Contexto da Covid-19”** e **“Encarceramento em Massa e Alternativas à Prisão: 30 anos das Regras de Tóquio das Nações Unidas”**, com o registro completo da terceira edição do Fonape realizada em 2021;
- Iniciada nova turma da especialização **“Jurisdição Penal Contemporânea e Sistema Prisional”**, uma parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), reunindo 40 magistrados que ao longo dos próximos meses irão se aprofundar em temas como inspeções em prisões, alternativas penais, tratados internacionais e outros desafios para o aprimoramento do sistema penal;



GT de Alternativas Penais

Com o objetivo de contribuir com inovações e incidências atualizadas para a redução do encarceramento no país, o Grupo de Trabalho (GT) de alternativas penais, instituído pelo CNJ em agosto de 2022 promoveu quatro encontros em plenária na atual gestão, nos quais foram discutidos avanços e propostas apresentados por cada uma das quatro câmaras temáticas do GT — Serviços, Normativas, Governança e Sustentabilidade.

Cerca de 30 pessoas integram a iniciativa, entre representantes do Executivo, do Sistema de Justiça Criminal e da sociedade civil. Além de apoiar a realização do 4.º Fonape, o GT desenvolveu minuta de anteprojeto de Lei que institui o Sistema Nacional de Alternativas Penais; um Plano Político Pedagógico para as alternativas penais no Brasil; uma recomendação aos Tribunais de Justiça sobre os Planos Plurianuais, visando sensibilizar os estados para a destinação de recursos às políticas de alternativas penais; e uma Nota Técnica sobre projetos legislativos nesta área.



Publicações de referência (pré-gestão):

- **Manual de Gestão Para as Alternativas Penais**
- **5 Guias de Formação em Alternativas Penais**, com traduções para inglês e espanhol:
 - Postulados, Princípios e Diretrizes
 - Justiça Restaurativa
 - Medidas Cautelares Diversas da Prisão

- Transação Penal, Penas Restritivas de Direito, Suspensão Condicional do Processo e Suspensão Condicional da Pena Privativa de Liberdade
- Medidas Protetivas de Urgência e Demais Ações de Responsabilização para Homens Autores de Violências Contra as Mulheres
- **Diagnóstico sobre as Varas Especializadas em Alternativas Penais no Brasil**

Monitoração eletrônica

- Inclusão do Amazonas enquanto unidade da federação com com **ato normativo estadual**, a partir de assessoria prestada pelo programa, totalizando 8 UFs – CE, MA, MS, PE, RR, SE, TO e AM;
- **4ª e 5ª reuniões técnicas de Monitoração Eletrônica** realizadas com magistradas e magistrados de 12 Tribunais de Justiça para apresentação da Resolução CNJ nº 412/2021, totalizando 248 participantes de AL, CE, GO, MT, RN, TO, ES, PR, RJ, RO, SC e SP;
- **2ª Atualização Regional voltada à qualificação das equipes das Centrais de Monitoração Eletrônica** e aberta à participação das equipes das varas, no Norte (exceto AM), Sudeste e Sul, com 285 participantes;
- Lançadas 8 traduções em inglês e espanhol de materiais já publicados.

Publicações de referência (pré-gestão):

- **Modelo de Gestão para Monitoração Eletrônica de Pessoas**
- **3 Informativos:**
 - para os Órgãos de Segurança Pública
 - para a Rede de Políticas de Proteção Social
 - para o Sistema de Justiça
- **Monitoração Eletrônica Criminal:** evidências e leituras sobre a política no Brasil
- **Sumário Executivo** – Monitoração Eletrônica Criminal: evidências e leituras sobre a política no Brasil

Conferência Internacional sobre Monitoração Eletrônica

Inédito no Brasil, o evento abordou questões de **tecnologia, ética e garantia de direitos** relacionados a esse campo da área penal. Especialistas nacionais e internacionais debateram estigmas, compartilhamento de dados, questões raciais, inteligência artificial, o risco da tecnologia sem foco na pessoa humana e a monitoração eletrônica como enfrentamento da violência doméstica, entre outros tópicos.

O evento teve um total de 1447 pessoas inscritas, sendo participantes 160 presenciais. Além do público em Brasília, somou mais de 10 mil visualizações nos três dias de transmissões.

Ao inaugurar o evento, a presidente do CNJ, ministra Rosa Weber, defendeu a utilização desse mecanismo. “A monitoração eletrônica não tolhe da pessoa monitorada, assim como a prisão não retira da pessoa em situação de prisão, todos os demais direitos e condição de cidadania que não os exclusivamente atingidos pela restrição individual e contínua que a medida enseja. Axiologicamente, são e serão, sempre, medidas de exceção”.



Primeira CRV implantada

A partir de metodologia desenvolvida pelo CNJ com o apoio técnico do programa, a primeira Central de Regulação de Vagas do Brasil, no estado do Maranhão, entrou em operação em junho de 2023, após uma força-tarefa que incluiu cronograma de etapas e plano interno de acompanhamento. Houve também o lançamento do Sistema CRV, plataforma de informações sobre taxa de ocupação de vagas prisionais por varas, monitorada pela equipe de apoio.

O objetivo é permitir que o Judiciário tenha mais ferramentas para fazer a gestão do controle de vagas no sistema prisional. Na ocasião, também foram apresentados materiais informativos sobre como será o funcionamento no estado - os primeiros resultados da iniciativa devem ser publicados no final de 2023. Há ainda tratativas em andamento para implantação de centrais no Acre e na Paraíba, além de diálogos iniciais com o Mato Grosso, com previsão de pactuação ainda para 2023 e início do funcionamento em 2024.



- Assinatura da Carta de Intenção do TJPB ratificando o compromisso de efetivar a implantação da central no estado da Paraíba;
- Apoio ao 1º Seminário sobre Central de Regulação de Vagas, na Escola da Magistratura da Paraíba. Participação de 180 pessoas, entre juízes criminais e de execução do TJPB, promotores criminais e defensores;
- Apoio ao seminário de formação sobre Central de Regulação de Vagas no Sistema prisional do Maranhão, desenvolvido em parceria com o TJMA e a ESMAM.

Publicação de referência (pré-gestão):

- **Central de Regulação de Vagas:**
Manual para a Gestão da Lotação Prisional



CIDADANIA PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

INSPEÇÕES E AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA; PRÁTICAS SOCIAIS EDUCATIVAS; TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA; SAÚDE/SAÚDE MENTAL; PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Pessoas em privação de liberdade têm mais dificuldades de acesso a políticas de cidadania, incluindo inserção laboral e oportunidades de aprendizado, serviços de saúde e bem-estar (físico, mental e social), acesso à educação e à leitura, ao esporte e ao lazer. Embora tenha crescido significativamente nos últimos anos, a remição pela leitura ainda chega a um público parcial - 22,5% do total de pessoas presas; no caso de práticas de esporte, a apenas menos de 1,5%.

A falta de um modelo de gestão unificado para políticas em prisões amplia a distância entre a Lei de Execução Penal e a prática em cada unidade prisional. Além de aprimorar a oferta das assistências, por meio de políticas públicas de garantia de direitos, é necessária a qualificação das inspeções judiciais e ações efetivas contra a prática de tortura, maus-tratos e tratamento desumanos e degradante a partir de normas e diretrizes nacionais e internacionais de direitos humanos. É preciso, ainda, aumentar a participação social na execução penal, notadamente por meio dos Conselhos da Comunidade.



ENTREGAS PRINCIPAIS:

- ✓ Elaboração de instrumentais, normativa, manual e atividades formativas embasadas em normas e diretrizes nacionais e internacionais de direitos humanos, objetivando o fortalecimento das inspeções judiciais para enfrentamento da tortura e outros maus-tratos, assim como a garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade.
- ✓ Estratégia nacional de universalização do acesso ao livro e à leitura em estabelecimentos prisionais.
- ✓ Ações multidisciplinares de esporte e de lazer integradas às práticas sociais educativas, em consonância com as diretrizes do CNJ e parceiros estratégicos com atuação no tema.
- ✓ Ação Nacional de Fomento ao de Trabalho e Renda, compreendendo estratégias de regularização de cotas legais de empregabilidade, articulação de agendas legislativas sobre o tema e aprimoramento das estruturas de gestão para inserção socioproductiva de pessoas privadas de liberdade e egressas.
- ✓ Qualificação da atuação do Poder Judiciário nos casos que envolvem pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei por meio de produção de normativa nacional e manual que instituem a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e apresentam modelo orientador sobre fluxos e possibilidades de cuidado em saúde mental nos territórios.
- ✓ Fortalecimento da participação social na execução penal por meio de novo impulso aos Conselhos da Comunidade em quatro etapas - diagnóstico, manual com orientações, formações e apoio normativo.

Ações realizadas

Inspecções e ações de prevenção e combate à tortura

- **Apoio aos GMFs** para qualificação de fluxos e atos normativos estaduais: GO, CE, MG e RN
- Qualificação dos instrumentais de inspeção judiciária em conjunto com a **Associação para a Prevenção à Tortura (APT)**. Em fase de finalização: Manual da Metodologia de Inspeção Judicial (3 volumes); elaboração de 7 formulários para inspeção judicial; curso formativo
- **Ampliação do GT Prevenção e Combate à Tortura** para as UFs: AM, BA, MA, totalizando 9 UFs com GTs instituídos.
- Realizada primeira edição do Curso de **Formação em Prevenção e Combate a Tortura e Inspecções Prisionais**, em parceria com TJCE, com a participação de 124 pessoas entre magistrados, servidores e público externo.

Práticas sociais educativas

- Realizada **III Jornada de Leitura no Cárcere**, em parceria com o Observatório do Livro e da Leitura, com o tema “A leitura como prática de transformação”. Foi acompanhada nos três dias por mais de 30 mil pessoas – dessas, mais da metade eram pessoas privadas de liberdade em 20 unidades da federação;
- Finalizada parceria com Cogna Educação / Kroton com **105 pessoas em privação de liberdade e egressas em curso de ensino superior**;
- **Censo nacional sobre leitura no contexto prisional**: em andamento relatório e painel de Business Intelligence (BI), a partir dos dados coletados em mais de 90% das unidades prisionais. O Censo dará subsídios para elaboração de Plano Nacional de Leitura no Sistema Prisional.



+41.514 mil participantes

em formações e eventos desde o início da ação



Normativas de referência:

- **Resolução CNJ nº 391/2021** – Remição de pena por meio de práticas sociais educativas
- **Resolução CNJ nº 414/2021** – Exames periciais em casos de tortura
- **Resolução CNJ nº 404/2021** (alterada pela Resolução CNJ 434/2021) – Transferências e recambiamento
- **Resolução CNJ nº 487/2023** – Política Antimanicomial do Poder Judiciário
- **Resolução CNJ nº 488/2023** – Política Judiciária para o Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade

Trabalho e geração de renda

- Adesão de 4 UFs à Ação Nacional de Fomento ao Trabalho e Renda de Pessoas em Privação de Liberdade e Egressas, com a formalização de **Grupos de Trabalho Interinstitucionais**: PE, PB, PR e MA.
- 12 unidades da federação com manifestação de interesse na **parceria MPT/GMFs**: AM, BA, CE, GO, MS, PA, PI, RJ, RN, SC, SE e TO.
- Renovado termo **de cooperação técnica com MPT** para qualificar o cumprimento da PNAT com foco na promoção de vagas para pessoas presas e egressas e a fiscalização do cumprimento da política de cotas.
- Publicada **Orientação Técnica para efetivação da Resolução CNJ n. 307/2019**, que institui a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário.



Ação Nacional de Fomento ao Trabalho e Renda de Pessoas em Privação de Liberdade

A ação objetiva proporcionar oportunidades de emprego e renda para pessoas que estiveram privadas de liberdade e aquelas que já saíram do sistema prisional. Parte da aplicação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (PNAT), criada pelo Decreto 9.450/2018, e da Política Nacional de Atenção a Pessoas Egressas do Judiciário (Resolução CNJ n. 307/2019). São quatro principais áreas de atuação:

- Aumentar a quantidade de vagas de emprego e oportunidades de capacitação profissional para pessoas privadas de liberdade e egressas;
- Melhorar a qualidade das oportunidades de trabalho e renda para esse grupo;

- Divulgar e promover a adoção de normas e estratégias que facilitem a criação de vagas de emprego;
- Aprimorar os mecanismos de gestão da política de trabalho no sistema prisional e nos serviços de atenção às pessoas egressas.

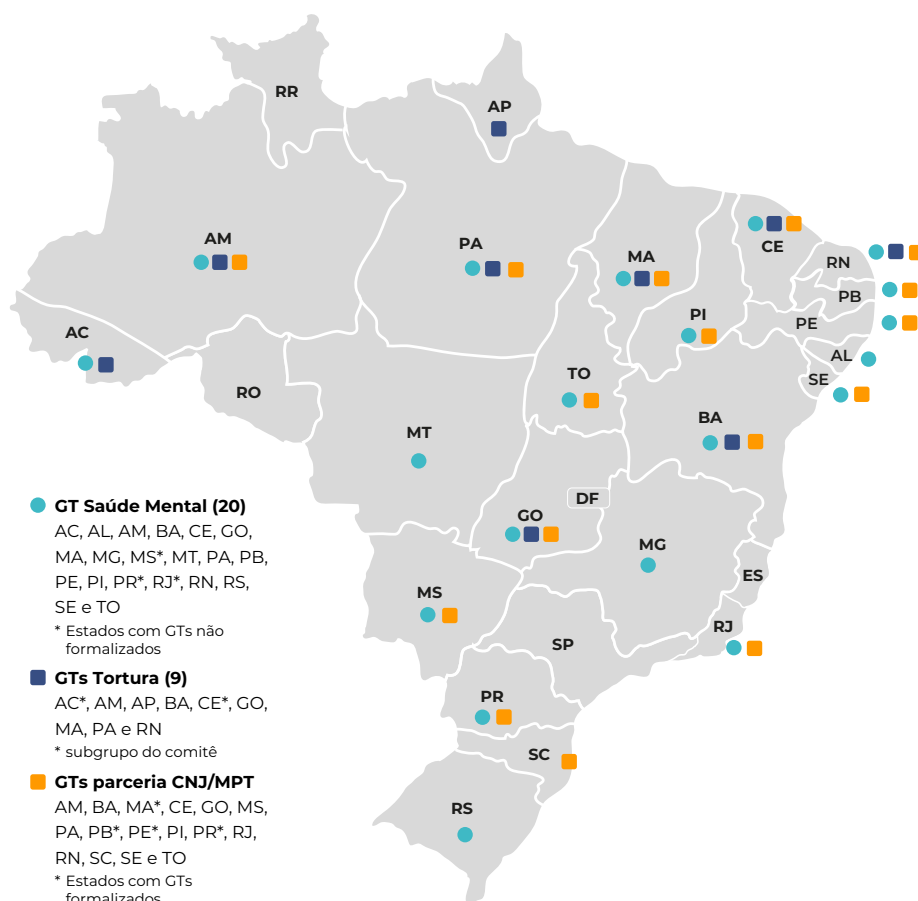
São mobilizados grupos interinstitucionais para implementar a PNAT além do apoio a fundos municipais para políticas penais e à criação de políticas de cidadania para pessoas egressas. Os GMFs de cada estado lideram o desenvolvimento local da ação, com apoio de parceiros, incluindo o Ministério Público do Trabalho. Eles elaboram planos regionais para efetivar e fiscalizar as cotas de inserção sociolaboral.

- Atuação conjunta com DMF e UMF para implementação e monitoramento da **Política Antimanicomial do Poder Judiciário**. Principais ações:
 - Participação no GT de Saúde Mental e Direitos Humanos instituído pela Portaria n. 142/2021, bem como produção de relatório de atividades;
 - Realizado **Seminário Internacional de Saúde Mental**, com publicação de nota técnica e elaboração de relatório final
 - Aprovada **Resolução CNJ n. 487/2023**, que instituiu a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.
 - Lançado **Manual** sobre a Política Antimanicomial do Poder Judiciário - Resolução CNJ n. 487, com modelo orientador ao Poder Judiciário **em evento online** com 1,5 mil visualizações;
 - Lançada **página especial** com conteúdos interativos sobre a temática, dentre os quais os resultados do Grupo de Trabalho CNJ Caso Ximenes Lopes vs. Brasil, informações a partir do Seminário Internacional de Saúde Mental e as ações realizadas em todo o país com o apoio do programa Fazendo Justiça;
 - Painel de Mapeamentos dos estabelecimentos destinados às pessoas com deficiência psicossocial e/ou transtorno mental em conflito com a lei e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com CONASS e CONASENS (em andamento);
 - Criação de Comitê Intersetorial Nacional para implementação e monitoramento da Política Antimanicomial com Ministérios, Organismos Internacionais e outros parceiros estratégicos a fim de efetivar a Resolução CNJ n. 487/2023.
- Apoio à assinatura de **protocolo de Intenções entre o CNJ e o Ministério da Saúde** para a implementação de medidas de abrangência e fortalecimento da Rede Nacional de Atenção à Saúde Mental em todo o país e efetivação da Política Antimanicomial no Poder Judiciário.
- **11 novas UFs com GTs sobre saúde mental, totalizando 20 estados:** AC, AL, AM, BA, CE, GO, MA, MG, MS*, MT, PA, PB, PE, PI, PR*, RJ*, RN, RS, SE e TO, sendo que a Paraíba foi pioneira na criação de programa de atenção integral à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei
** Estados com GTs não formalizados*
- Realizadas reuniões com Coordenação de Saúde da Senappen para articulação nas pautas da saúde prisional, saúde mental e a Resolução nº 487/2023



CIDADANIA PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Incidências locais



Participação social

- Aprovada **Política Judiciária para o Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade (Resolução CNJ 488/2023)** e publicado manual de apoio à implantação

Política prisional

- Realizada 1ª edição de curso em parceria com a **Enfam** sobre Protocolos de Atuação do Judiciário para Execução de Políticas Públicas em Prisões, com participação de 70 magistradas e magistrados na modalidade EaD
- Colaboração na redação do **Protocolo Orientativo para Medidas em Procedimentos Criminais**, no âmbito do Subgrupo Novos Protocolos - Comitê Nacional Pop Rua Jud, parte da Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades (Resolução CNJ nº 425/2021)

Publicações de referência (pré-gestão):

- **Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno I: Fundamentos Conceituais e Principiológicos**
- **Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno II: Arquitetura Organizacional e Funcionalidades**
- **Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno III: Competências e Práticas Específicas de Administração Penitenciária**
- **Diagnóstico de Arranjos Institucionais e Proposta de Protocolos para Execução de Políticas Públicas em Prisões**
- **Os Conselhos da Comunidade no Brasil**



ENTREGA PRINCIPAL:

- ✓ Rede de Escritórios Sociais consolidada pelo país, além de qualificação de atores e fomento a processos de monitoramento e de avaliação com metodologia específica para o Poder Judiciário.

CIDADANIA PARA PESSOAS EGRESSAS E FAMILIARES

Os Escritórios Sociais consolidam-se como estratégia central para o fomento a uma Política Judiciária de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e de seus familiares, que inclui a integração do programa Começar de Novo no campo do trabalho e geração de renda, o fortalecimento de Redes de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, inclusive por meio do lançamento da Rede Nacional de Atenção a Pessoas Egressas, e a qualificação e expansão do aplicativo Escritório Social Virtual. Segundo a Senappen, mais de 200 mil pessoas receberam alvará de soltura entre janeiro e junho de 2023.

+12.310 mil participantes

em formações e eventos desde o início da ação



Normativas de referência:

- **Resolução CNJ nº 307/2019** – Pessoas egressas
- **Recomendação CNJ nº 142/2023** – Previsão Orçamentária – Alternativas Penais e Pessoas Egressas

ESCRITÓRIOS SOCIAIS



53 unidades em funcionamento em 21 UFs

53 unidades em funcionamento em 21 UFs: Rio Branco (AC), Maceió (AL), Manaus (AM), Maués (AM), Parintins (AM), Macapá (AP), Salvador (BA), Brasília (DF), Vitória (ES), Açailândia (MA), Bacabal (MA), Balsas (MA), Caxias (MA), Chapadinha (MA), Coroatá (MA), Itaipuru-Mirim (MA), Pedreiras (MA), Pinheiro (MA), São Luís (MA), Alfenas (MG), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Jaciara (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Mirassol D'Oeste (MT), Pontes e Lacerda (MT), Rondonópolis (MT), Sinop (MT), Sorriso (MT), Belém (PA), Marabá (PA), Santarém (PA), Campina Grande (PB), João Pessoa (PB), Caruaru (PE), Olinda (PE), Teresina (PI), Campos dos Goytacazes (RJ), Maricá (RJ), Niterói (RJ), Rio de Janeiro (Bangu) (RJ), Caicó (RN), Ceará-Mirim (RN), Mossoró (RN), Natal (RN), Nísia Floresta (RN), Parelhas (RN), Parnamirim (RN), Pau dos Ferros (RN), Boa Vista (RR), Porto Alegre (RS), Aracaju (SE) e Palmas (TO).

Aguardando início (16 unidades em 8 UFs): Coari (AM), Humaitá (AM), Itacoatiara (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Tabatinga (AM), Tefé (AM), Fortaleza (CE), Piúma (ES), Imperatriz (MA), Presidente Dutra (MA), Timon (MA), Araputanga (MT), Barra do Bugres (MT), Comodoro (MT), Araguaína (TO), Gurupi (TO)

Em negociação (39 unidades em 12 UFs): Girau do Ponciano (AL), Atalaia do Norte (AM), Benjamin Constant (AM), Juazeiro do Norte (CE), Sobral (CE), São Mateus (ES), Catalão (GO), Barra do Corda (MA), Carolina (MA), Codó (MA), Colinas (MA), Cururupu (MA), Grajaú (MA), Porto Franco (MA), Santa Inês (MA), São João dos Patos (MA), Patos de Minas (MG), Alta floresta (MT), Barra do Garças (MT), Cáceres (MT), Nobres (MT), Peixoto de Azevedo (MT), Primavera do Leste (MT), Cajazeiras (PB), Guarabira (PB), Patos (PB), Sousa (PB), Cabo Frio (RJ), Mesquita (RJ), Volta Redonda (RJ), Apodi (RN), Caraúbas (RN), Macau (RN), Nova Cruz (RN), Porto Velho (RO), Lajeado (RS), Passo Fundo (RS), Joinville (SC) e Porto Nacional (TO).



Ações realizadas

Escritórios sociais

- **30 novas unidades inauguradas em 8 UFs** – Maués (AM), Parintins (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Açailândia (MA), Bacabal (MA), Balsas (MA), Caxias (MA), Chapadinha (MA), Codó (MA), Colinas (MA), Coroatá (MA), Grajaú (MA), Imperatriz (MA), Pedreiras (MA), Pinheiro (MA), Presidente Dutra (MA), Timon (MA), Jaciara (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Pontes e Lacerda (MT), Rondonópolis (MT), Sinop (MT), Sorriso (MT), Marabá (PA), Santarém (PA), Olinda (PE), Campos dos Goytacazes (RJ), **Rio de Janeiro (Bangu)** (RJ), Parelhas (RN) e Porto Alegre (RS).
- **27.635 atendimentos** realizados a pessoas egressas e familiares desde 2020;
- Disponibilizado **curso na modalidade EaD de formação Inicial** para equipes dos Escritórios Sociais, dividido em três módulos: Mobilização de Pessoas Pré-Egressas, Singularização do Atendimento e Gestão dos Escritórios Sociais. Com carga horária de 12 horas, está disponível no formato educação a distância na plataforma da Aliança Brasileira pela Educação e totaliza 376 matrículas;
- **Reuniões bimestrais** com os Escritórios Sociais totalizando 722 participantes;
- **Lançados Manual de Processos Formativos e Guia de Monitoramento dos Escritórios Sociais;**

- Lançado **Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais IV** – Metodologia de Enfrentamento ao Estigma e Plano de Trabalho para sua Implantação;
- Lançada **Cartilha de direitos das pessoas privadas de liberdade e egressas** do sistema prisional, com atualização da legislação e destaque para as políticas sociais e abordagem específica dos marcadores de diferenças;
- Pactuado novo convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP) e Universidade de Brasília (UnB) para novo ciclo de desenvolvimento do **Escritório Social Virtual**.

Redes de atenção às pessoas egressas do sistema prisional

- Nova Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Raesp) inaugurada em MS, chegando a **oito unidades** da federação: RN, MT, CE, MG, MA, MS, TO e RJ (pré-programa), com previsão de expansão de 4 estados;
- Lançado o **Guia prático de implementação de Raesps, com foco da participação social na Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional**.
- Apoio técnico ao **Comitê para o Fortalecimento e para a Implementação da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional do Poder Judiciário (Cofipape)** do CNJ, criado por meio da Portaria n. 218/2023.



Lançamento Renaesp

Com apoio do CNJ e PNUD, a **Rede Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Renaesp)** surge da articulação e coalizão entre as Redes estruturadas em âmbito estadual e visa à promoção e defesa da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional – PNAPE e dos serviços especializados de atenção às pessoas egressas. A Rede busca, dessa forma, fortalecer o intercâmbio entre as Raesps de diversas unidades da Federação, de forma alinhada às diretrizes da **Resolução CNJ n. 307/2019**, que estabelece uma política de acolhimento e encaminhamento para pessoas que retomarem à vida em liberdade.

O CNJ vem apoiando a formação da Rede Nacional a partir do trabalho iniciado em 2006 no Rio de Janeiro, quando foi criada a primeira Raesp, agora já em mais sete unidades da Federação – Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Tocantins e Mato Grosso do Sul.

As Redes de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Raesps) são uma articulação da sociedade civil, de instituições governamentais, de movimentos sociais e de membros individuais que atuam em prol dos direitos sociais das pessoas que cumpriram privação de liberdade. O principal objetivo é concretizar a superação de obstáculos que permeiam a trajetória das pessoas que estiveram no sistema prisional, utilizando estratégias como: participação social, comunicação social, capacitações, pesquisas e publicações e articulação para concretização de políticas públicas.

Publicações de referência (pré-gestão):

- **Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional**
- **Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I: Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas**
- **Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II: Metodologia para Singularização do Atendimento a Pessoas em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**
- **Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais III: Manual de Gestão e Funcionamento dos Escritórios Sociais**
- **Síntese de Evidências – Enfrentando o Estigma Contra Pessoas Egressas do Sistema Prisional e Suas Famílias**
- **Começar de Novo e Escritório Social: Estratégia de Convergência**

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO CIVIL

Pessoas em situação de privação de liberdade têm maior dificuldade de acesso às políticas públicas por ausência de emissão ou de regularização de seus documentos básicos - levantamento do Depen em 14 unidades da federação indicou que 8 entre 10 pessoas presas não tinham documentos pessoais. Para transformar essa realidade, o programa Fazendo Justiça adotou soluções tecnológicas para identificação civil e promoção de emissão de documentação, fomentando o pleno exercício da cidadania e da dignidade humana.

A ação é desenvolvida com dezenas de parceiros, em especial, com o Tribunal Superior Eleitoral, que possui o cadastro onde os registros civis são armazenados, e com a Associação de Registradores de Pessoas Naturais, que apoia no processo de emissão de documentos.



ENTREGA PRINCIPAL:

- ✓ Entrega principal: Estrutura nacional permanente de identificação civil por meio de consulta e certificação pela Base de Dados de Identificação Civil Nacional com vistas à emissão segura de documentos às pessoas que estiverem em situação de privação de liberdade.

Parceria:



**Tribunal
Superior
Eleitoral**

Ação nacionalizada

A Ação de Identificação Civil e Documentação de Pessoas Presas completou seu ciclo de nacionalização em São Paulo, estado que reúne um terço da população prisional do país. A solenidade aconteceu no Palácio dos Bandeirantes. A presidente do CNJ, **ministra Rosa Weber**, participou da cerimônia, que teve



ainda a presença de diversas autoridades, entre elas o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Alexandre de Moraes – a corte eleitoral é uma importante parceira na execução do projeto.

“Concluir a implementação dessa ação nas 27 unidades da federação é acreditar que podemos, sim, reverter o desconfortável estado de coisas inconstitucional”, pontuou a ministra.

Ações realizadas

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação lançada em 14 estados:** PE, AL, RN, MG, PA, AP, AM, RS, RO, GO, ES, PR, SC e SP
- **Iniciada coleta na porta de entrada em 13 unidades da federação** (AL, AM, AP, GO, MG, PA, PE, PR, RN, RO, RS, SC, TO), totalizando 24 UFs com o serviço. Pré gestão: AC, BA, CE, MA, MS, PB, PI, RJ, RR, SE, DF.
- **Iniciada coleta entre pessoas que já se encontram presas em 12 UFs** (AC, AP, BA, DF (UPF), PA, PB, PE, RN, RO, SC, SP, TO) com o apoio de administrações penitenciárias, totalizando 18 UFs com o serviço. Pré-gestão: CE, MA, MT, PI, RR, SE.
- **Fluxo de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas a partir de listas emitidas pelo SEEU iniciado no RJ e RS,** totalizando 25 unidades da federação
- **Mais de 5757 participantes em 695 eventos formativos** nesta gestão, maior registro desde o início do programa
- Realizado **primeiro upload do Módulo de Documentação Civil:** GO, MG, RR, RS, AL, MA, SC e TO.
- **Arpen:** capacitações da norma Cocad e Portal e-CAC pela Receita Federal e da Central de Informações do Registro Civil (CRC-JUD); efetivação de termo de convênio no RJ
- **3 Infográficos desenvolvidos sobre Emissão de Documentos,** para dar conhecimento ao público privado de liberdade ou egresso sobre a importância da documentação e quais os documentos necessários para contratação em vínculo de trabalho. Os cartazes foram distribuídos às Secretarias de Administração Penitenciária estaduais e GMF's, para que estes distribuíssem aos públicos de interesse.
- **Publicado Manual do Módulo de Documentação Civil – Perfil Depen**

**+ de 7.369
participantes**

em formações e eventos desde o início da ação



Normativa de referência:

- **Resolução 306/2019**

Identificação civil e documentação



Capacitação coletiva

O 1º Ciclo de Capacitação online da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as pessoas privadas de liberdade, com oito módulos, mobilizou mais de 4500 pessoas.

O webinar de abertura, transmitido ao vivo, abordou “A importância da Documentação para as Pessoas Privadas de Liberdade”, com mais de mil participantes. O caso do Rio de Janeiro, um dos primeiros estados a criar uma ação específica para a identificação civil de pessoas privadas de liberdade, foi abordado pela juíza Raquel Chrispino.

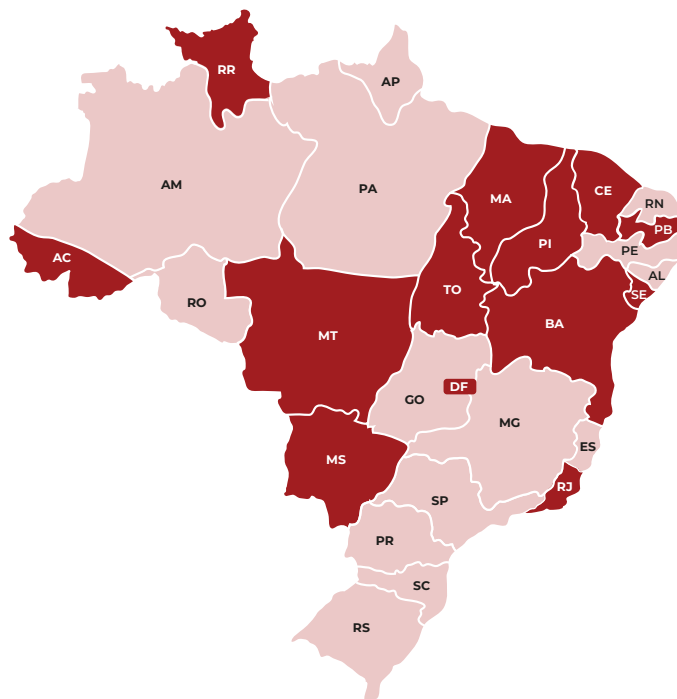
Os oito módulos abordaram três grandes temas: identificação civil, contemplando a ação durante audiências de custódia e coleta do passivo nas unidades prisionais; suporte, para auxiliar na instalação dos softwares e utilização dos kits de biometria; e emissão de documentos, tratando da integração com o SEEU e os procedimentos para a emissão de diferentes documentos.



AÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E DOCUMENTAÇÃO

Concluída em todo o país em julho de 2023

- Ação lançada nesta gestão
- Ação lançada em gestão anterior



PESSOAS IDENTIFICADAS OU INCLUÍDAS
NA BASE DE DADOS DE ID CIVIL DO TSE
Dados até 31 de julho

Identificados	Gestão 11.255	Total 11.255
Novos cadastros	Gestão 25.025	Total 31.773

+ 10.305 protocolos emitidos nesta gestão

para regularização de documentos de
pessoas que tiveram contato com o
cárcere - CPF, RG, RMN, Título de Eleitor

+ 21,589 no total

Publicações de referência (pré-gestão):

- Manual de instalação e configuração do software para coleta de biometrias – versão 13.0
- Manual de Identificação Civil e Coleta Biométrica – versão 18.0
- Manual de Identificação Civil e Coleta Biométrica nas Unidades Prisionais – versão 2.0

SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU)

O SEEU é uma ferramenta tecnológica do Poder Judiciário que integra e centraliza a gestão de processos de execução penal no país, conectando os atores de justiça criminal para maior agilidade na tramitação processual e na análise de incidentes e garantias processuais - **há registros de redução de até 98% no tempo de concessão de benefícios** e de **73% de redução do volume de trabalho nas varas**.

Antes da ação de nacionalização e melhoria do SEEU, não se sabia a quantidade de processos de execução penal em tramitação no Brasil, a gestão era descentralizada com sete sistemas em diferentes unidades da federação e muitos processos em papel. Os sistemas não se comunicavam e não conectavam os atores de Justiça Criminal, gerando reclamações, lentidão em trâmites e vencimento de prazos para concessão de benefícios. Havia, ainda, dificuldade de tomada de decisão com base em evidências.

Com o SEEU, o gerenciamento de dados nacionais em tempo real facilita a tomada de decisão com base em evidências, além de possibilitar a criação de novas ações estratégicas com foco na melhoria da execução penal, como os mutirões carcerários eletrônicos e os alertas pré-egressos. Atualmente o SEEU está em **35 tribunais estaduais, federais e militares** e possui mais de **1,4 milhão de processos** em tramitação, enquanto trabalha com novas ações de implantação, melhorias de governança e sustentabilidade.

➤ IMPLANTADOS

36 TRIBUNAIS

26 Tribunais de Justiça

06 Tribunais Regionais Federais

04 Tribunais Militares

➤ IMPLANTAÇÃO EM NEGOCIAÇÃO TJSP

➤ SANEAMENTO ●
Geral 89,8%

➤ EVOLUÇÕES CHAMADOS ATENDIDOS
2022-2023 3.317
Total 7.868



ENTREGA PRINCIPAL:

- ✓ SEEU consolidado como ferramenta nacional de gestão da execução penal, conectando os atores de justiça criminal em todo o país e permitindo um salto em eficiência e qualidade na análise de processos, assim como a criação de novas ferramentas com foco em integração e sustentabilidade.

+ de 39 mil participantes

em formações e eventos desde o início da ação



Normativas de referência:

- **Resolução 280/2019** (atualizada pela Resolução 304/2019 — novo prazo)
- **Recomendação CNJ nº 59/2019** — Preenchimento de sistemas

Nota: o percentual de saneamento é calculado dividindo-se a quantidade de processos saneados a partir da data base (10/01/2022) até a publicação deste relatório (set/23) pela quantidade de processos que apresentaram inconsistência no mesmo período.

Ações realizadas

Implantação

- **SEEU implantado no TRF4.** A força tarefa reuniu 46 integrantes, sendo 30 servidores do TRF4, 9 do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), 1 do TJSP, 2 do TJMS, 1 do TJMG, 1 do TJRO e 2 do TJAC. As equipes dos Núcleos de Estratégia e Sustentabilidade (NES) e Núcleo de Informação e Tecnologia (NIT) do Programa Fazendo Justiça também estiveram presentes. Mais de 18.895 processos foram incluídos no SEEU.
- **Finalizada implantação do TRF-6 no SEEU** (desmembramento)
- **TJRJ – implantação nas varas do Interior iniciada em janeiro de 2023, com conclusão em dezembro de 2023**
- **TJSP – realizada capacitação do SEEU para equipe do tribunal**, iniciada em março de 2023 e com conclusão em dezembro de 2023



Inovação e Tecnologia

Confira os principais lançamentos da atual gestão:

- **Módulo de Medidas Diversas da Prisão**, permitindo o monitoramento virtual dessas medidas e auxiliando na produção de dados para orientar a elaboração de políticas públicas e a gestão. Facilita a busca de processos e troca de informações entre os atores a partir da visão unificada das penas restritivas de direitos. Realizada formação com mais de 2800 servidores
- **Módulo de Medidas de Segurança**, facilitando a implementação da nova Política Antimanicomial do Poder Judiciário. A funcionalidade permite que os processos de medidas de segurança contem com calculadora própria para o cálculo de tempo, aviso sobre o final das medidas com antecedência de 60 dias, além de espaço para detalhamento da medida.
- **Módulo Editor de Texto**, com regras e micro ferramentas que facilitam o trabalho de magistrados, promotores, defensores, advogados e servidores que utilizam o SEEU diariamente. Auxilia na elaboração de despachos e cumprimentos de mandados, além de melhorar a busca por informações disponíveis no banco de dados. Desenvolvido com apoio do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), o módulo contará em breve com comandos acionados por inteligência artificial.



Integração SEEU + Sisdepen Indivíduos,

permitindo a consulta de processos em tempo real e de maneira centralizada nos sistemas e favorecendo a celeridade da execução penal nas unidades prisionais e nas questões judiciais.

Na prática, a alimentação dos bancos de dados foi otimizada por meio de sincronização: o SEEU informa a movimentação processual de um apenado, enquanto o Sisdepen comunica o estabelecimento prisional se houve movimentação carcerária e motivos da transferência, entre outros dados relevantes.

A novidade dá cumprimento à Lei n.12.714/2012, que instituiu o sistema nacional de acompanhamento de execução de penas, prisão cautelar e medidas de segurança.

- **Emissão de certidão de antecedentes criminais**, com ferramenta automatizada por meio do banco de dados do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). A iniciativa, desenvolvida junto ao Tribunal de Justiça de Sergipe, parte da Resolução CNJ n. 121/2010, que dispõe sobre a divulgação de dados processuais eletrônicos e expedição de certidões judiciais. Neste caso, só é repassada ao cidadão a certidão para fim civil, que pode ser “positiva”, “negativa”, “negativa com feitos” e “negativa por homônimo”.
- **Implementado o cômputo em dobro na calculadora penal do SEEU** de forma a atender a Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- **Integração com ePROC 2º Grau;**
- **Alternativas Penais: integração com totens de registro de comparecimento** em parceria com o TJSE
- **Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ): finalizada integração com os módulos de SSO, marketplace, notificações, tabela processual unificada e pessoas e endereços; implementação de serviços auxiliares, integração com DJEN;**
- Melhorias no **Módulo de Documentação Civil (MDC)** e no **Fluxo de Documentação Civil (FDC)**;
- Implementação do **cálculo da prescrição da pena sem fuga;**
- Inclusão de novas funcionalidades para **Defensorias Públicas e Promotorias**; criação do **perfil Corregedoria**
- Indicadores de processos paralisados;
- Unificação da lista de documentos para assinatura pelo magistrado;
- Unificação de execuções processuais com a mesma parte;
- Adequação do webservice de certidão negativa à Resolução CNJ 121;
- Criação do **relatório Custo de Preso**



Formações e sustentabilidade

- **Iniciados os Ciclos de Capacitação do SEEU**, com 20 mil participantes em duas edições, para reforçar e atualizar conhecimentos dos usuários do sistema.

O treinamento, realizado bimestralmente, é dividido em turmas personalizadas de acordo com o ambiente de trabalho de cada perfil: juízes e juízas,, integrantes do Ministério Público, das Defensorias Públicas, da OAB, dos órgãos da administração penitenciária e servidores e servidoras.

SEEU em EAD

Disponibilizados sete cursos no ambiente virtual do Ceajud, na modalidade de Ensino à Distância. O curso **recebeu 10.063 inscrições**.

- Adequações das sistemáticas de trabalho/processos à **LGPD**
- **Lançados sete novos manuais:**
 - Manual - Assinatura de Documentos
 - Manual - Medidas de Segurança
 - Manual do Módulo de Documentação Civil - Perfil Depen
 - Manual do Juízo 100% Digital
 - Manual - Relatório Custo do Custodiado
 - Manual Editor de Texto

Publicações de referência (pré-gestão):

- **Cartilha de implantação para o administrador**
- **Manual de Cadastro de ANPP e Pena de Multa**
- **Manual do Módulo de Documentação Civil – Perfil DMF**
- **Manual do Módulo de Documentação Civil – Perfil GMF**
- **Manual do Módulo de Medidas Diversas da Prisão – MDP**
- **Manual para Administrador do Tribunal**
- **Manual para Membros da Ordem dos Advogados do Brasil**
- **Manual para Membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Administração Penitenciária e entidades de remessa**
- **Manual para Servidores e Magistrados**

SOCIOEDUCATIVO

**CICLO SOCIOEDUCATIVO
SISTEMAS E CADASTROS**

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO + CENTRAL DE VAGAS*

O Brasil passou por uma mudança nos paradigmas sobre a responsabilização de adolescentes a pouco mais de 30 anos com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, passando a focar na proteção integral dessas pessoas em formação. Apesar de alguns avanços recentes, o Estado brasileiro ainda precisa acelerar os projetos para garantir o **funcionamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) em toda a sua potencialidade**. Entre as políticas que precisam ser promovidas estão as capazes de racionalizar medidas de internação, otimizar a articulação entre atores que compõem o Sinase, aumentar investimentos do Estado para qualificar o sistema, incluindo a oferta de atividades pedagógicas e investimento em políticas pós-cumprimento de medidas.

O **atendimento integrado de adolescentes**, por meio de núcleos ou fluxos, dá cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigo 88, inciso V) e consiste no primeiro atendimento ao adolescente a quem se atribua prática de ato infracional, com foco na acolhida, acompanhamento e direcionamento por meio da atuação de instituições em rede, garantindo um atendimento célere, integrado e em respeito aos direitos dos adolescentes. O objetivo desta ação é estabelecer diretrizes nacionais para a implementação, qualificação e difusão dos NAIs, como também apresentar procedimentos gerais a serem observados pelos serviços auxiliares no âmbito da audiência de apresentação.

No campo da **central de vagas**, busca-se fortalecer e ampliar o serviço para gestão e coordenação das vagas em unidades de atendimento socioeducativo. O objetivo é qualificar a porta de entrada do meio fechado do sistema socioeducativo, além de operacionalizar a decisão do HC 143.988/ES que veda a ocupação das unidades que ultrapasse 100% de sua capacidade. Trata-se de iniciativa gerida pelo Poder Executivo e que deve ser implementada de forma colaborativa com o Sistema de Justiça.

* Até 2021, o programa desenvolveu projeto sobre Justiça Restaurativa. Com a conclusão das atividades, a ação não figura mais entre as entregas, mas alguns dados incluem essa ação, a exemplo da quantidade de participantes totais em formações



ENTREGAS PRINCIPAIS:

- ✓ Produzir normativa nacional e manual para disseminação de fluxos de atendimento inicial e implementação do NAI, processos formativos e articulação local.
- ✓ Central de Vagas no socioeducativo reforçada como política judiciária nacional a partir de ações de monitoramento nacional e a construção de diretrizes

+ de 15.366 participantes

em formações e eventos desde o início das ações



Normativas de referência:

- **Resolução CNJ nº 367/2021** – Central de Vagas
- **Resolução CNJ nº 414/2021** – Exames periciais em casos de tortura
- **Recomendação CNJ nº 87/2021** – Atendimento Integrado (NAIs e fluxos)

SOCIOEDUCATIVO

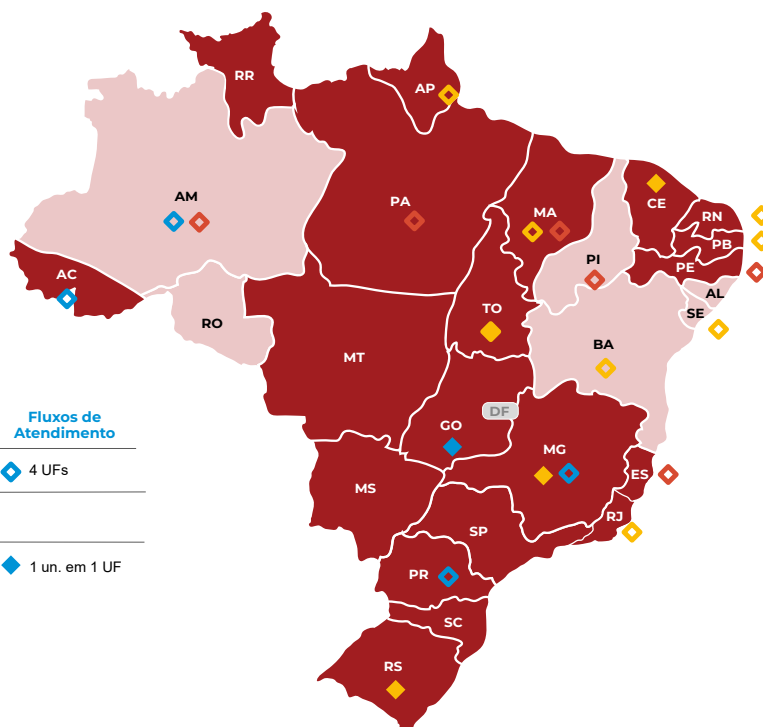
Serviços desenvolvidos nas UFs, implantados ou em qualificação com apoio do programa

CENTRAL DE VAGAS

UFs COM SERVIÇOS IMPLANTADOS	20
UFs COM SERVIÇOS EM NEGOCIAÇÃO/ ATUALIZAÇÃO	6

NAIs

		Fluxos de Atendimento
IMPLEMENTAÇÃO EM NEGOCIAÇÃO	13 un. em 7 UFs	4 UFs
QUALIFICAÇÃO EM NEGOCIAÇÃO	6 un em 6 UFs	
EM FUNCIONAMENTO/ PACTUADO	4 un. em 4 UFs	1 un. em 1 UF



Ações realizadas

Atendimento integrado

- Reuniões para criação de fluxo de atendimento integrado em São Luís do Maranhão e treinamento de futuras equipes dos Núcleos de Atendimento Integrado (NAI) em Timom e Imperatriz, no interior do estado. NAI em funcionamento em 6 municípios (6 UFs), e um município com fluxo pactuado. 13 unidades em 7 UFs estão em debate para implementação. 6 municípios em 6 UFs estão em processo de qualificação.



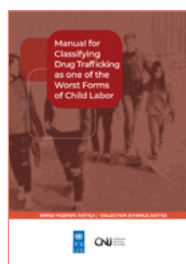
Centrais de vagas

- Metodologia implementada nos estados do Acre, Amapá, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins, chegando a 20 unidades da federação. Qualificação e reformulação realizada no estado de Roraima. 7 UFs estão em negociação.
- Realizado evento sobre monitoramento das Centrais de Vagas durante as Jornadas Formativas 10 anos do Sinase.
- Metodologia e primeiro relatório anual de monitoramento das Centrais de Vagas elaborados.

Publicações de referência (pré-gestão):

- Manual Resolução CNJ 367/2021 – A Central de Vagas do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
- Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil
- Manual Recomendação nº 87/2021 – Atendimento inicial e integrado a adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional

Para disseminar a abordagem brasileira sobre o tema, o CNJ lançou as versões em inglês e espanhol do **Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil**



Versão em
inglês



Versão em
espanhol

Encontro Nacional da Justiça Juvenil

Durante o mês de julho de 2023, foi realizado o Encontro Nacional da Justiça Juvenil, reunindo representantes dos órgãos dos tribunais que trabalham com essa temática. Foram cinco rodadas, cada uma reunindo um grupo de estados, para debater em profundidade políticas e diretrizes para o Sistema Socioeducativo.

O evento incluiu rodas de conversa, palestras sobre os projetos e ferramentas desenvolvidos pelo programa Fazendo Justiça, e a leitura de cartas escritas por jovens que estão

cumprindo medidas socioeducativas para os magistrados e magistradas. Mais de 500 cartas foram recebidas, entregues para os representantes dos estados de origem das mensagens.

“O sistema socioeducativo nos demanda um olhar muito próprio. Estamos falando de adolescentes e jovens que precisam mais do que tudo de encaminhamento, de orientação, de escuta ativa”, avaliou o coordenador do DMF, Luís Lanfredi.

O juiz auxiliar da Presidência do CNJ com atuação no DMF Edinaldo César Santos Júnior destacou a importância da atuação em rede, inclusive para além do Sistema Judiciário. “O trabalho do juiz é muito solitário. Mas quando falamos de Infância e Juventude, estamos falando de uma experiência que poucos magistrados podem ter: o de trabalhar em rede, de exercitar a escuta. Não há hipótese de se fazer socioeducação sem escuta ativa, sem que estejamos cotidianamente comprometidos a ouvir esses jovens”.



GARANTIA DE DIREITOS NO CUMPRIMENTO DA MEDIDA

SINASE + INSPEÇÕES E COMBATE À TORTURA + LEITURA + SAÚDE MENTAL + PROFISSIONALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM

A garantia de direitos no cumprimento das medidas está prevista no ECA e no Sinase, que orientam a ação do programa em todo o ciclo socioeducativo. O **fortalecimento do Sinase se faz especialmente necessário na fase do cumprimento de medida**, pois é o momento de maior contato desses e dessas adolescentes com o Estado.

No campo da **leitura**, a ação trabalha para o diagnóstico da situação nas unidades do sistema socioeducativo, o aprimoramento das práticas de fomento e qualificação da leitura, assim como para o entendimento da leitura como um direito de todas e todos os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Em relação à **saúde mental**, o programa busca qualificar ação do Poder Judiciário na garantia dos cuidados em saúde mental de adolescentes atendidos pelo Sistema Socioeducativo, buscando a responsabilização conjunta com o Executivo desse cuidado, em consonância com Sinase e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei em Regime de Internação ou Internação Provisória (PNAISARI).

O programa também apoia ações locais para a ampliação da **oferta de oportunidades de aprendizagem e qualificação profissional** para adolescentes em cumprimento e pós-cumprimento de medidas socioeducativas.



ENTREGAS PRINCIPAIS:

- ✓ Sinase fortalecido
- ✓ Censo de Leitura no Sistema Socioeducativo; Plano Nacional de Leitura para o Sistema Socioeducativo; e organização de evento nacional literário.
- ✓ Produção de guia e normativas, acordos interinstitucionais e material formativo para fortalecimento e acesso a programas de profissionalização e aprendizagem a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa
- ✓ Qualificar a atuação do Judiciário na garantia dos cuidados em saúde mental de adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo

Ações realizadas

Fortalecimento do Sinase

- Lançamento do **Guia sobre orçamento público e captação de recursos na política estadual de atendimento socioeducativo**, e a **versão de Sumário Executivo**, com explicações sobre processo orçamentário e formas de captar recursos para o sistema socioeducativo.
- Realizados **três encontros finais da Jornada Formativa 10 anos do Sinase**, com os temas de **Raça e Gênero**, **Monitoramento da Central de Vagas e Orçamento e Política Socioeducativa**. A Jornada foi realizada ao longo de 2022 para marcar os dez anos da aprovação da Lei n. 12.594/2012, que instituiu o Sinase, totalizando oito encontros sobre temas como audiências concentradas, central de vagas, programa pós-medida e adolescentes LGBTI privados de liberdade.

Inspeção e combate à tortura

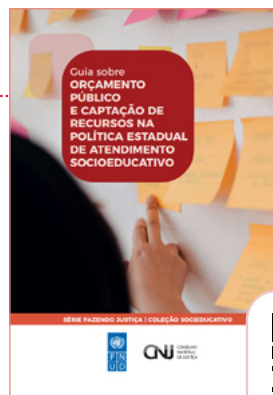
- Lançados dois manuais: **'Manual da Resolução CNJ 77/2009 Inspeções Judiciais em unidades de atendimento socioeducativo'** e **'Manual de orientação técnica para preenchimento do Cniups – Meio fechado'**. Os lançamentos ocorreram em seminário de formação para magistrados e servidores do poder judiciário sobre inspeções em unidades de programas socioeducativo, com 302 participantes e 2372 visualizações.

Saúde mental para jovens em cumprimento de medidas

- **Levantamento nacional sobre dados e fluxos de atendimento à saúde mental em adolescentes em medidas socioeducativas** em andamento; guia em produção.
- Minuta de **normativa sobre saúde mental no âmbito do sistema socioeducativo** produzida.
- Co-organização do **Seminário Internacional de Saúde Mental: Possibilidades para a efetivação da Política Antimanicomial na interface com o Poder Judiciário**. A questão socioeducativa foi tratada em diversos momentos, inclusive com um painel exclusivo. (Veja mais na página X)

Profissionalização e aprendizagem

- **Articulação iniciada com Ministério Público do Trabalho** para elaboração de guia conjunto sobre o tema.



Leitura

Censo nacional sobre leitura no contexto do socioeducativo: elaboração de relatório e painel de *Business Intelligence (BI)*, a partir dos dados coletados em mais de 90% das unidades socioeducativas.

O Censo dará subsídios para elaboração de Plano Nacional de Leitura no Socioeducativo

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS + PROGRAMA PÓS- MEDIDA

As audiências concentradas garantem maior agilidade na avaliação e acompanhamento das situações pessoais, processuais e procedimentais que envolvem as trajetórias de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil, incrementando o acompanhamento da medida pelos atores do Sistema de Justiça e contribuindo para a qualificação da medida ou para sua substituição ou extinção.

O serviço ainda permite aos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa **a possibilidade de participar de seu processo, garantindo seu protagonismo**, como preconizado em diretrizes internacionais, tais como aquelas proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Sistema ONU, por meio de seu Comitê sobre os Direitos das Crianças. Com essa ação, pretende-se subsidiar o trabalho dos magistrados e demais profissionais para assegurar os princípios da brevidade, legalidade, garantia de direitos e cidadania.

O Programa Pós-Medida Socioeducativa acompanha adolescentes e jovens na transição da extinção da medida socioeducativa de internação ou semiliberdade (fase conclusiva) e em até um ano após o seu cumprimento. Por adesão voluntária, auxilia na construção de novos vínculos com a comunidade e políticas públicas. Como ator essencial do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), o Poder Judiciário apoia o Poder Executivo na implantação de ações que objetivam a inserção dos adolescentes e jovens nas políticas sociais do território para a promoção de seus direitos de cidadania, focando, principalmente, nas dimensões de escolarização e de educação profissional. Fomenta, ainda, o acesso a esporte, cultura e lazer.



ENTREGAS PRINCIPAIS:

- ✓ Disseminação nacional da metodologia da audiência concentrada, com oferta de processos formativos, avaliação e monitoramento da implementação nos estados.
- ✓ Disseminar a metodologia do Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa, incidindo na implementação, qualificação e monitoramento dos programas nos estados

**+ de 7.682
participantes**

em formações e eventos desde o início das ações



Normativa de referência:

- **Recomendação
CNJ nº 98/2021**
Audiências
concentradas

Ações realizadas

Audiências concentradas

- Adesão de 8 novos estados: AL, CE, ES, MA, MT, MS, RJ e SE, totalizando 20 UFs com a prática. Seis UFs em debate para implementação.
- Levantamento de dados para monitoração do uso das Audiências Concentradas iniciado

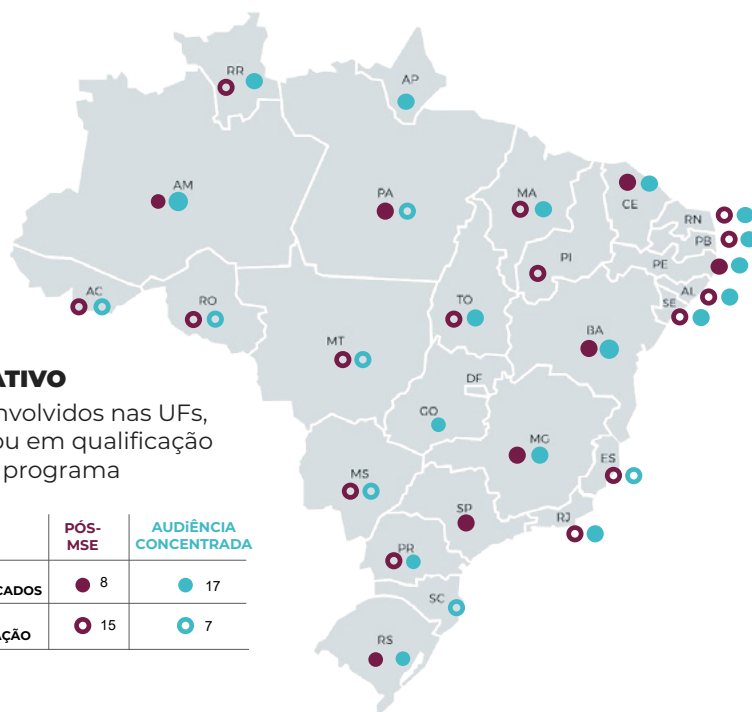
Programa Pós-Medida

- **Programa lançado no Pará**, totalizando 8 estados com serviços em operação e 15 UFs em discussão.

SOCIOEDUCATIVO

Serviços desenvolvidos nas UFs, implantados ou em qualificação com apoio do programa

	PÓS-MSE	AUDIÊNCIA CONCENTRADA
UFs COM SERVIÇOS IMPLANTADOS/QUALIFICADOS	8	17
UFs COM SERVIÇOS EM NEGOCIAÇÃO/ ATUALIZAÇÃO	15	7



Publicações de referência (pré-gestão):

- **Manual para Incidência da Temática** Manual sobre Audiências Concentradas para Reavaliação das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação
- **Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade**
- **Caderno I** – Diretrizes e Bases do Programa
- **Caderno II** – Governança e Arquitetura Institucional
- **Caderno III** – Orientações e Abordagens Metodológicas

PLATAFORMA SOCIOEDUCATIVA E CNIUPS

Plataforma Socioeducativa

A Plataforma Socioeducativa (PSE) é uma solução tecnológica que permite o acompanhamento gerencial de processos e medidas socioeducativas. **O piloto de implementação foi lançado em julho em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), em cerimônia com a presidente do CNJ, ministra Rosa Weber.**

A PSE busca solucionar desafios em relação aos dados de processos envolvendo medidas socioeducativas. Seu sistema foi construído para disponibilizar um conjunto de APIs (sigla em inglês para Interface de Programação de Aplicação), sendo cada API uma “porta” que permite a comunicação entre diferentes programas. Assim, a Plataforma conseguirá se adaptar ao sistema de gestão de processos de cada tribunal.

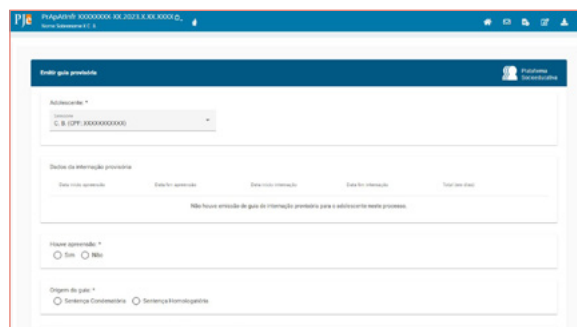
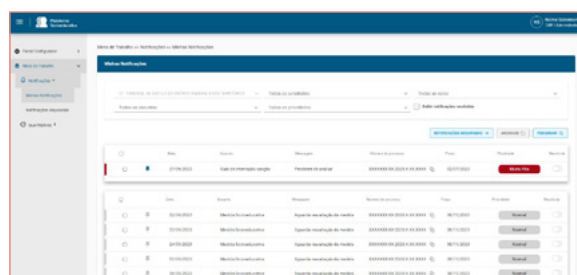
Com base em avançados algoritmos de pesquisa, a PSE consegue concentrar todos os processos ligados à justiça juvenil e trazer para magistrados, magistradas e seus assessores informações consolidadas, além de alertas sobre prazos. A ferramenta também contará com uma área para concentrar todos os processos sob responsabilidade de cada magistrado e facilitará o acesso ao Plano de Atendimento Individualizado.

Em desenvolvimento com o apoio do programa Fazendo Justiça nos últimos dois anos, a PSE foi planejada a partir de melhores práticas para cumprir as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018), em relação à coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais.



ENTREGAS PRINCIPAIS:

- ✓ Plataforma Socioeducativa desenvolvida e implementada em tribunal piloto para tramitação de processos de conhecimento e de apuração de atos infracionais e de execução de medidas socioeducativas
- ✓ Desenvolver e implementar o novo Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (Cniups), elaborando e disseminando os novos parâmetros nacionais para a realização das inspeções judiciais, com base nas principais normativas nacionais e internacionais de direitos humanos.



Normativas de referência:

- **Resolução CNJ nº 326/2020**
(Atualização da Resolução CNJ nº 77/2009) – CNIUPS e CNACL (Plataforma Socioeducativa)
- **Recomendação CNJ nº 59/2019** – Preenchimento de sistemas

CNIUPS

• **Lançado em novembro de 2022**, o Cadastro Nacional de Inspeção de Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS) reformula os antigos formulários usados pela magistratura e digitaliza o processo de preenchimento. O sistema busca suprir necessidades de dados previstos na Lei do Sinase (Lei n. 12.594/2012) e segue as diretrizes da Resolução CNJ n. 77/2009, atualizada recentemente pela Resolução CNJ n. 326/2020, que inclui parâmetros sobre inspeções em unidades socioeducativas e programas de liberdade assistida.



O CNIUPS está disponível para as inspeções de unidades de internação e semiliberdade e, a partir de setembro, foi iniciado processo gradual de avaliação de programas do meio aberto.

Desenvolvido de forma colaborativa com magistradas e magistrados das cinco regiões do país, o CNIUPS permite que todo o cadastro das inspeções seja feito de forma on-line, com preenchimento por celular ou tablet durante a visita dos magistrados às unidades.

1.609 inspeções bimestrais
realizadas desde janeiro de 2023

451 unidades socioeducativas
cadastradas no CNIUPS

402 inspeções, em média,
realizadas por bimestre

**+ de 2.385
participantes**
em formações e eventos
desde o início das ações

AÇÕES E TEMAS TRANSVERSAIS

Mutirão processual penal

Equipes interdisciplinares no
Poder Judiciário

Populações com vulnerabilidade acrescida

Fortalecimento dos GMFs

Estruturação do atendimento às vítimas de crimes e atos
infracionais no Poder Judiciário

Comitês de política penal

Fundos municipais

Adequação à LGPD

Articulação internacional e proteção dos direitos humanos

Apoio DMF e UMF

AÇÕES E TEMAS TRANSVERSAIS



Normativa de referência:

- Portaria CNJ 170/2023 – Mutirão processual penal 2023

Mutirão processual penal

A partir de **nova metodologia desenvolvida com o apoio do Fazendo Justiça**, o CNJ lançou em 2023 o novo modelo de Mutirão Carcerário, o Mutirão Processual Penal. Entre agosto e setembro, a ação mobilizou tribunais, por meio de seus Grupos de Monitoramento e Fiscalização, para a revisão de mais de 100 mil processos de forma a garantir o cumprimento de entendimentos já firmados no STF e no STJ.

A presidente do CNJ, ministra Rosa Weber, fez o lançamento do novo mutirão em cinco unidades da federação: Mato Grosso (24/7), Rio Grande do Norte (25/7), Bahia (26/7), Minas Gerais (27/7) e São Paulo (28/7), com visitas a unidades prisionais, reuniões com lideranças locais e lançamento de serviços fomentados pelo CNJ por meio do programa Fazendo Justiça.

Entre os processos revisados, estavam aqueles que incluem o tratamento de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças menores de 12 anos e pessoas com deficiência; a situação de pessoas em cumprimento de pena em regime prisional mais gravoso do que o fixado na decisão condenatória; e a situação de pessoas cumprindo pena em regime diverso do aberto, condenadas pela prática de tráfico privilegiado. Foram revisados, ainda, casos de prisões provisórias com duração superior a 12 meses.

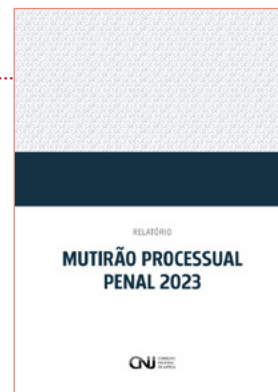
+ de 100 mil processos considerados, sendo que:

70,4 mil se enquadraram nas hipóteses do mutirão

27 mil tiveram situação alterada

21,8 mil solturas entre agosto e setembro de 2023

- Ao apresentar os resultados parciais em sua última sessão no CNJ, a presidente Rosa Weber afirmou: “Juízes e juízas fizeram chegar a Constituição Federal, os tratados internacionais e a Lei de Execução Penal a partir de entendimentos firmados e assegurados em decisões do Supremo Tribunal Federal na matéria. Os expressivos números alcançados em apenas 30 dias de mutirão são testemunhos da imprescindibilidade da vigência dessa política judiciária, de modo a torná-la permanente”.



O novo mutirão tornou-se possível a partir de avanços tecnológicos no campo da gestão de processual nos últimos anos que permitiu, por exemplo, o levantamento prévio de processos de interesse que serão revisados. Com o novo modelo, que deve entrar de forma permanente no calendário do Poder Judiciário, os tribunais e o sistema de justiça de cada localidade ficam responsáveis por revisar seus processos.

Publicações de referência (pré-gestão):

- Relatório Mutirão Carcerário Eletrônico – 1ª Edição Espírito Santo

Ações realizadas

- **Assistência técnica junto ao DMF/CNJ** para elaboração de metodologia, cronograma e texto normativo
- Elaborado **Caderno de Orientações Técnicas para o Mutirão Processual Penal Penal 2023**
- Participação em reuniões de alinhamento com magistrados
- Análise jurídica
- Coleta e análise de dados
- Apoio no texto final do relatório

Equipes interdisciplinares no Poder Judiciário

As equipes técnicas dos Tribunais de Justiça do país, sobretudo aquelas intituladas interdisciplinares, psicossociais ou multidisciplinares, são fundamentais para a identificação de vulnerabilidades, riscos e possibilidades de proteção social presentes na trajetória de vida das pessoas marcadas pela privação de liberdade e suas famílias. Esta ação objetiva mapear práticas, pontos de atenção e caracterizar o perfil das equipes psicossociais, visando à disseminação de diretrizes nacionais no âmbito do Poder Judiciário e a qualificação do apoio técnico especializado à magistratura realizado por essas e esses profissionais.

Ações realizadas

- Lançada a publicação **“Equipes Interdisciplinares do Poder Judiciário: Levantamento Nacional e Estratégias de Incidência”**. O documento reúne boas práticas e estratégias para qualificar e fortalecer o trabalho dessas equipes nas áreas da execução penal, de alternativas penais e de execução de medidas socioeducativas, além da aproximação com as equipes dos GMF dos tribunais.

Produto lançado em webinar com mais de 1,7 mil visualizações, em mesa com participação de representantes da psicologia e do serviço social.

Populações com vulnerabilidade acrescida

A iniciativa voltada para as populações com vulnerabilidade acrescida, com especial destaque às populações negra, migrantes, LGBTQIA+, povos indígenas, mulheres, população em situação de rua, tem como melhor atender esse público nos diferentes momentos dos ciclos penal e socioeducativo.



Ações realizadas

Grupos étnico raciais

- Publicados **materiais informativos sobre audiências de custódia em seis línguas indígenas** - Marubo, Matis, Kanamari, Tikuna (Amazonas) e Parikwaki e Kheuól (Amapá)
- **Aprovada resolução sobre direitos de adolescentes indígenas no sistema socioeducativo**, com processo de consulta aos povos originários e outros atores do SGD
- **Caderno sobre equidade racial no contexto dos serviços penais em andamento**

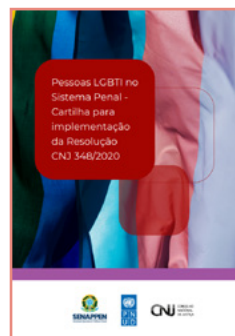
LGBTQIA+

- Publicadas **duas cartilhas para implementação da Resolução CNJ n 348/2020 (LGBTQIA+)**, no campo penal e no campo socioeducativo



Normativas de referência:

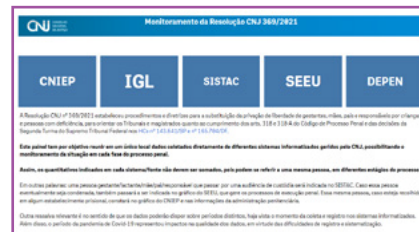
- **Resolução CNJ n° 287/2019** – Pessoas Indígenas
- **Resolução CNJ n° 348/2020** – LGBTQIA+
- **Resolução CNJ n° 369/2021** - Gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência
- **Resolução CNJ n° 405/2021** – Migrantes
- **Resolução CNJ n° 425/2021** – População em situação de rua
- **Resolução aguardando numeração** – Indígenas no socioeducativo
- **Recomendação CNJ n° 81/2020** – Pessoas com deficiência auditiva e/ou visual
- **Recomendação CNJ n° 119/2021** – Liberdade religiosa



Painel de indicadores da Resolução 369/2021

Seguindo as providências a partir da **Resolução CNJ n. 369/2021**, que estabeleceu diretrizes alinhadas às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, o CNJ lançou painel on-line que permite monitorar dados de interesse desses grupos referentes a diferentes fases processuais.

Desenvolvido pelo DMF em parceria com o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) e apoio do programa Fazendo Justiça, o painel dá mais transparência no acompanhamento do cumprimento dos artigos 318 e 318-A do Código de Processo Penal e das ordens concedidas pelo STF nos Habeas Corpus n. 143.641/SP e n. 165.704/DF, que determinam a substituição da privação de liberdade por prisão domiciliar a esses grupos sempre que possível.



Acesse aqui o Painel de Monitoramento da Resolução CNJ n. 369/2021

- Cartilha sobre a **Resolução CNJ nº 369/2021 (gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência)** e o sistema socioeducativo em andamento

Pessoas com deficiência ou transtorno mental

- Apoio técnico à **Resolução CNJ n 487/2023, que Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário**, e seus desdobramentos, incluindo no campo internacional
- Curso **“Saúde Mental e Direitos Humanos: diretrizes e fluxos para a atenção integral às pessoas com transtorno mental e deficiência psicossocial em conflito com a lei”** em desenvolvimento, em parceria com o DMF, UMF e Enfam. O objetivo é difundir parâmetros para qualificação da atuação de magistrados e magistradas na observância dos direitos humanos das pessoas com transtorno mental e qualquer forma de deficiência psicossocial, a partir do paradigma da proteção dos direitos fundamentais e de atenção integral articulada com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com a rede de proteção social

Seminário internacional de saúde mental

Realizado por meio de **parceria do CNJ com o TJPR e apoio de diferentes equipes do Fazendo Justiça**, o seminário abordou o tema “Possibilidades para a efetivação da Política Antimanicomial na interface com o Poder Judiciário”. O evento com 62 palestrantes teve 12.313 visualizações e contou com 1.963 pessoas inscritas, entre operadores do direito, representantes da sociedade civil, trabalhadores da saúde, usuários do SUS, autoridades do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário.



- Cartilha da **Resolução CNJ n. 369/2021**, sobre diretrizes para substituição da privação de liberdade para pessoas com deficiência, dentre outras populações, em produção

Pessoas em situação de rua

- Proposta de **Protocolo Orientativo para o Atendimento de Adolescentes em Situação de Rua finalizada**; proposta de Protocolo Orientativo para o Atendimento de Pessoas em Situação de Rua em andamento

Publicações de referência (pré-gestão):

- **Manual da Resolução nº 287/2019** – Procedimentos Relativos a Pessoas Indígenas Acusadas, Rés, Condenadas ou Privadas de Liberdade
- **Manual Resolução nº 348/2020** – Procedimentos relativos a pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade
- **Manual da Resolução nº 369/2021** – Substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência
- **Pessoas migrantes nos sistemas penal e socioeducativo:** orientações para a implementação da Resolução CNJ nº 405/2021

Fortalecimento dos GMFs

Os GMFs integram a estrutura dos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, e têm como escopo o monitoramento e a fiscalização dos sistemas penal e socioeducativo locais.

O projeto para o fortalecimento dos GMFs visa mapear as melhores estratégias de incidência, ofertar diretrizes qualificadas e instrumentalizar esses grupos para atuarem em consonância com as competências definidas pelas normativas do CNJ. O objetivo é que as ações se desenvolvam de forma cada vez mais parametrizada e pautada em boas práticas, possibilitando melhor alinhamento com o DMF/CNJ e a disseminação das suas atividades em todo o território nacional.

Ações realizadas



Normativas de referência:

- **Resolução n. 96/2009** – Criação dos GMFs
- **Resolução n. 214/2015** – Regulamentação dos GMFs

Encontro Nacional dos GMFs

Em cinco encontros durante o mês de julho de 2023, o **Encontro Nacional dos GMFs** reuniu cerca de 90 representantes de tribunais de todas as unidades da federação, entre magistradas, magistrados, servidores e servidoras. Durante o evento, os participantes puderam discutir temas como a institucionalidade dos GMFs e seu papel enquanto articulador no campo penal e socioeducativo; ações em andamento alinhadas às políticas do CNJ, fortalecimento do enfrentamento a tortura e maus-tratos e melhoria gestão de dados.

“Neste encerramento, estou certo de que saímos daqui com perspectivas renovadas, com uma nova visão sobre possibilidades de atuação, e com vontade de fazer mais e melhor pela qualificação da política penal e socioeducativa”, disse o coordenador do DMF/CNJ, Luís Lanfredi, no encerramento do encontro. Durante o evento, também foi informado o novo modelo de incidência do programa nos estados, com disponibilização de assistentes técnicos especialistas no campo penal e no campo socioeducativo.



- Manual com **modelo de gestão para fortalecimento das estruturas dos GMFs em finalização**, a partir de interlocução com os GMFs para levantamento de práticas locais
- Realizadas **duas reuniões técnicas com os GMFs dos TRFs**

INCIDÊNCIAS LOCAIS

Induções para melhorias em estrutura (espaço físico e equipes)

Apoio para a construção e pactuação de **planos de trabalho** alinhados aos objetivos do programa

Apoio para **ampliação da atuação dos GMFs** em políticas penais e socioeducativas

Mais informações no Relatório Unidades da Federação

Incidência para a **construção de pontes institucionais dos GMFs com atores locais** – ex.: formação de grupos de trabalho

Fortalecimento de participação dos GMFs nas ações do programa

Estruturação do atendimento às vítimas de crimes e atos infracionais no Poder Judiciário

A qualificação do atendimento às vítimas pelo Poder Judiciário nos espaços dos tribunais reconhece que as diferentes violências - psicológica, física, sexual, moral, patrimonial, institucional e estrutural - deixam marcas e acentuam desigualdades de acesso à justiça, o que impõe às instituições envolvidas um olhar sistêmico sobre os conflitos e violências judicializados.

Assim, o CNJ propõe o desenvolvimento de iniciativas, no âmbito do Poder Judiciário, que se voltam à estruturação dos tribunais para a atenção e apoio à vítima de atos infracionais.

Ações realizadas

- Cartilha de **Direitos das Vítimas e guia temático em produção**
- **Apoio técnico oferecido a tribunais para criação de política institucional e/ou instauração de centros especializados de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais**, de forma alinhada às Resoluções CNJ 253/2018 e 386/2021. Ações iniciadas em 10 UFs (AM, RR, MS, RS, GO, SE, PE, PB, CE, PI), totalizando 17 com a prática em andamento

Comitês de Políticas Penais

A partir de movimentações iniciadas em algumas unidades da federação para o acompanhamento de políticas penais específicas, o programa passou a apoiar o CNJ a fomentar iniciativas locais que mobilizem diferentes atores da política penal em órgãos colegiados. Os Comitês de Políticas Penais são grupos interinstitucionais e intersetoriais que atuam com foco nas alternativas ao encarceramento, na promoção da cidadania das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

O Espírito Santo instituiu modelo alinhado ao CPP, totalizando três unidades da federação



Normativas de referência:

- **Resolução CNJ n. 253/2018** – Política Institucional do Poder Judiciário de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais
- **Resolução CNJ n.386/2021** – Dispõe sobre a implementação dos Centros Especializados de Atenção à Vítima

Publicação de referência (pré-gestão):

- **Guia Prático para implantação de Comitês de Políticas Penais**

17 UFs com iniciativas locais alinhadas às normativas do CNJ

3 UFs com comitês em implantação

Macapá (AP), Porto Nacional (TO), Codó, Colinas, Itapecuru Mirim, Timon (MA), Macau, Mossoró, Pau dos Ferros (RN) Caruaru, Parnamirim (PE), Girau do Poianco (AL), Afenas, Juiz de Fora, Patos de Minas (MG), Guaira, Hortolândia, Mirassol (SP), Guaira (PR), Cáceres, Mirassol D'Oeste, Parnatinga, Peixoto de Azevedo, Porto Dos Gaúchos (MT), Águas Lindas de Goiás, Rio Verde (GO)

CE, AM, PE, GO

A partir de alterações realizadas em 2017 e 2018, via medidas provisórias, na lei que instituiu o Fundo Penitenciário Nacional (Lei Complementar n. 79/94), foi estabelecida uma inovação considerável: a previsão de repasse do Funpen a fundos de Municípios. Assim, a redação atual da Lei Complementar n° 79 prevê no art. 3º-A, parágrafo 2º, que as verbas deverão ser aplicadas pelos municípios na implementação de programas destinados à promoção da inclusão social/reinserção social de presos, internados e egressos, assim como programas de alternativas penais. O programa vem apoiando a instituição de Fundos Municipais de Políticas Penais nas localidades.

- **17 novos fundos municipais instituídos**, totalizando 26 em 11 UFs

Além de conduzir o programa Fazendo Justiça, o DMF/CNJ tem um escopo diverso de ações que contam com contribuições eventuais do programa. Um dos exemplos é o trabalho que vem sendo realizado em apoio a missões conjuntas entre o DMF/CNJ e a Corregedoria Nacional de Justiça desde 2021. Para além da qualificação de inspeções, o programa acompanhou serviços penais buscando oferecer subsídios técnicos para melhorias. Outro exemplo de atividade é o acompanhamento de desdobramentos de Procedimentos de Acompanhamento de Controle Administrativo de Decisão conduzidos pelo CNJ (Cumprdec) relativos às ações que da política penal e socioeducativa fomentadas ao campo da privação de liberdade.

Desde 2021, o programa apoia a Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões da Corte IDH, notadamente nas pautas relativas ao supercaso contra o Brasil envolvendo o complexo do Curado, em Pernambuco; complexo de Pedrinhas, no Maranhão; Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, no Rio de Janeiro; e Unidade de Internação Socioeducativa no Espírito Santo, assim como em temas de saúde mental de pessoas sob custódia do Estado e de perícias criminais.

Ações realizadas

- **Apoio à inspeção conjunta envolvendo a Presidência, Corregedoria e DMF a Goiás**, totalizando quatro realizadas desde o início do programa. Além de visitas a unidades prisionais no modelo de inspeção em desenvolvimento pelo programa, houve encontros com autoridades locais e de ações de capacitação, incluindo para equipes que lidam com os sistemas eletrônicos usados nas varas criminais e de execução penal na gestão da população carcerária – a exemplo do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP), do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) e do Sistema de Audiências de Custódia (Sistac).
- **Publicado relatório de inspeção realizada em Pernambuco**; relatório de Goiás em finalização
- **Produzido relatório de supervisão de cumprimento de sentença do caso do Complexo do Curado**
- **Apoio à visita sobre o caso da Unidade Socioeducativa** do Espírito Santo (UNIS)
- **Traduções de sentenças da Corte IDH** em finalização



Adequação à LGPD

A ação de proteção de dados pessoais incide em todas as iniciativas do programa Fazendo Justiça para a garantia do direito fundamental previsto no artigo 5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal, tanto dos usuários quanto das partes envolvidas nas ações e sistemas, em atenção à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Essa ação qualifica a gestão dos dados pessoais, promovendo eficiência e efetividade nas atividades de tratamento, fortalecendo as estratégias de proteção de dados pessoais do CNJ.

Ações realizadas

- Lançado **Manual Legislação de Proteção de Dados Pessoais - Plataforma Socioeducativa**
- **Apoio técnico ao CNJ e equipes do programa** sobre questões técnicas de proteção de dados pessoais

Articulação internacional e proteção dos direitos humanos

A partir de sua vocação institucional para a proteção de direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, o DMF e a UMF realizam articulações entre os três Poderes, entes federados e outros atores institucionais, inclusive em âmbito internacional.

Esta ação busca assegurar os instrumentos necessários para a difusão de conhecimento especializado em âmbito internacional. Envolve, ainda, a tradução de normativas elaboradas pelo CNJ para outros idiomas e de orientações estrangeiras para a língua portuguesa – incluindo criação de repositório de jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) para o público brasileiro.

Ações realizadas

- **Lançadas 22 traduções de produtos para inglês e espanhol**, conforme apontado neste relatório
- **Tradução de 4 produtos** em andamento:
 - **Manual da Central de Regulação de Vagas**
 - **Resolução CNJ nº 412/2022**
 - **Nota Técnica do Seminário Internacional sobre Saúde Mental**
 - **Sumário Executivo do Programa Fazendo Justiça**
- **Articulação junto aos parceiros estratégicos do Programa – CNJ e Senappen** – para que os produtos de conhecimento publicados pelo Fazendo Justiça integrem os acervos de suas bibliotecas institucionais

PARCEIROS/APOIO

O programa trabalha em parceria com as seguintes instituições em escala nacional



Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Acompanha a execução do Projeto de Cooperação Técnica BRA/018/19 - Fazendo Justiça sob os aspectos técnicos e operacionais, zelando pelos objetivos da cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento do conhecimento e das capacidades, conforme previsto no Decreto nº 11.357 de 1º de janeiro de 2023.



Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Por meio do programa Defensoria Sem Fronteiras, colaborou com a participação de defensores públicos no mutirão carcerário eletrônico.



Associação para a Prevenção da Tortura

Atua na prevenção e no combate à tortura no sistema de justiça criminal, com incidência nas audiências de custódia, inspeções prisionais e em outras iniciativas do programa.



Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais

A associação atua para garantir à população privada de liberdade acesso à documentação básica para exercício da cidadania, como RG, CPF e carteira de trabalho.



Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais

Por meio do programa Defensoria Sem Fronteiras, colaborou com a participação de defensores públicos no mutirão carcerário eletrônico.



Conselho Nacional do Ministério Público

A parceria busca melhorar a execução penal, com foco na gestão da informação, integração de sistemas e aprimoramento de fluxos e políticas.



Cogna Educação/Fundação Pitágoras

As organizações do setor educacional trabalham na promoção de estudo, emprego e cidadania à população egressa, contribuindo em cursos de profissionalização, bolsas à distância, apoio jurídico e suporte aos Escritórios Sociais.



Defensoria Pública da União

Tem ações voltadas à garantia de direitos de pessoas privadas de liberdade, como nos projetos de mutirão, Defensoria Sem Fronteiras, Visita Virtual e atuação em casos de pessoas indígenas.



Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Parceira na elaboração e execução de cursos de especialização e aperfeiçoamento para qualificação da atuação do Poder Judiciário a partir de normativas e melhores práticas internacionais e locais.



Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

A fundação ligada ao Governo do Distrito Federal coordena o desenvolvimento de aplicativo do Escritório Social, instrumento público que auxilia na reinserção social de pessoas egressas.



Finatec

Fundação de desenvolvimento tecnológico e científico responsável pela gestão do projeto de desenvolvimento do aplicativo Escritório Social Virtual.



Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A entidade desenvolveu ações para aprimorar os fluxos de trabalho e o diálogo entre o Poder Judiciário e instituições policiais.



Instituto Igarapé

A parceria visa prestar apoio no fomento e disseminação das Redes de Atenção à Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Raesps) por meio de pesquisas, eventos e publicações realizadas em conjunto com o programa.



Instituto Terre des Hommes

Organização da sociedade civil responsável pela execução do Censo Nacional de Esportes e Lazer no sistema prisional.



Instituto Veredas

Junto à Fiocruz Brasília, apoia o desenvolvimento de estratégias sociais informadas por evidências, com respostas rápidas, sínteses e processos deliberativos sobre justiça criminal.



Ministério Público do Trabalho

Parceiro no Plano Nacional de Geração de Trabalho e Renda para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, o órgão coopera com a expansão de projetos voltados para a empregabilidade, fiscalização de contratos firmados pelos Poderes Judiciário e Executivo, avaliação de qualidade de condições de trabalho no sistema prisional e elaboração de normas e documentos de referência para fomento, fiscalização e qualidade das ações de geração de trabalho e renda no sistema prisional.



Observatório do Livro e da Leitura

Fundação de direito privado que tem por missão fomentar as práticas sociais de leitura em âmbito nacional, apoia a realização de processos formativos e outras atividades de incentivo à leitura e remição de pena, incluindo a Jornada de Leitura no Cárcere.



Omega Research Foundation

Organização britânica independente que realiza projetos, capacitações e pesquisas baseados em evidências sobre instrumentos de uso da força por agentes estatais. Elaborou guia sobre uso de algemas e outros instrumentos de contenção em audiências judiciais, base para manual publicado pelo programa com orientações práticas para implementação da Súmula Vinculante n. 11 do STF pela magistratura e tribunais.



Tribunal de Contas da União

A Corte assinou termo de cooperação técnica para aprimoramento da fiscalização e gestão do sistema prisional e socioeducativo, a fim de reduzir a superpopulação e superlotação carcerária.



Tribunal Superior Eleitoral

A Corte trabalha em parceria para o desenvolvimento de ações de identificação civil da população privada de liberdade e garantia de direitos e cidadania.



Universidade Católica de Pelotas

Universidade responsável pela execução do Censo Nacional de Leitura no sistema prisional e sistema socioeducativo.



Universidade de Brasília

Instituição responsável pelo desenvolvimento do aplicativo Escritório Social Virtual.



Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

Atuou em questões ligadas à audiência de custódia coordenando o trabalho de consultores alocados nas UFs, além de fornecer expertise em temas ligados a crimes e drogas.



UN Volunteers - Brasil

O programa de voluntários das Nações Unidas atua no apoio de ações de todos os eixos, fortalecendo a implantação das entregas do ciclo penal e socioeducativo.

ANEXO I

NORMATIVAS, ATOS ADMINISTRATIVOS E ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

RESOLUÇÕES

Resolução CNJ nº 280/2019 (Alterada pela Resolução CNJ nº 304/2019) – SEEU

Resolução CNJ nº 287/2019 – Pessoas Indígenas

Resolução CNJ nº 288/2019 – Alternativas Penais

Resolução CNJ nº 306/2019 (Alterada pela Resolução CNJ nº 319/2020) – Identificação e Biometria

Resolução CNJ nº 307/2019 – Pessoas egressas

Resolução CNJ nº 326/2020 (Atualização da Resolução CNJ nº 77/2009) – Socioeducativo

Resolução CNJ nº 329/2020 – Videoconferência, com exceção em audiência de custódia

Resolução CNJ nº 348/2020 – LGBTI

Resolução CNJ nº 367/2021 – Socioeducativo – Central de Vagas

Resolução CNJ nº 368/2021 – GMFs

Resolução CNJ nº 369/2021 – Gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência

Resolução CNJ nº 391/2021 – Remição de pena por meio de práticas sociais educativas

Resolução CNJ nº 404/2021 (alterada pela Resolução CNJ 434/2021) – Transferências e recambiamento

Resolução CNJ nº 405/2021 – Migrantes

Resolução CNJ nº 412/2021 – Monitoramento eletrônico de pessoas

Resolução CNJ nº 414/2021 – Exames periciais em casos de tortura

Resolução CNJ nº 487/2023 – Política Antimanicomial

Resolução CNJ nº 488/2023 – Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade

Resolução aguardando numeração – Indígenas no socioeducativo

RECOMENDAÇÕES

Recomendação CNJ nº 59/2019 – Preenchimento de sistemas

Recomendação CNJ nº 62/2020 (Atualizada pela Recomendação CNJ nº 68/2020) – Covid-19

Recomendação Conjunta nº 1/2020 (CNJ/CNMP/MDS/MMFDH) – Covid-19 no Socioeducativo

Recomendação CNJ nº 81/2020 – Tratamento de pessoas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade e adolescentes em conflito com a lei com deficiência auditiva e/ou visual

Recomendação CNJ nº 87/2021 – Socioeducativo – Núcleos de Atendimento Integrado (NAIs)

Recomendação CNJ nº 98/2021 – Socioeducativo – Audiências concentradas

Recomendação CNJ Nº 119/2021 – Assistência e diversidade religiosa em suas mais diversas matrizes e à liberdade de crença

Recomendação CNJ Nº 142/2023 – Orçamento estadual para Alternativas Penais e Políticas para Egressos

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

Nota CNJ sobre audiência de apresentação prevista no art. 184 do Estatuto da Criança e do Adolescente

Orientações técnicas sobre a monitoração eletrônica de pessoas no âmbito da adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19)

Orientação técnica para inspeção pelo Poder Judiciário dos espaços de privação de liberdade no contexto da pandemia

Portaria Conjunta nº 2 – CNJ e Ministério da Saúde – que estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento de corpos durante a situação de pandemia da Covid-19

Orientações sobre alternativas penais no âmbito das medidas preventivas a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19)

Orientações técnicas sobre políticas de cidadania e garantia de direitos às pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional durante o período de pandemia da Covid-19

Nota Técnica – Instituição de Fundos Municipais para Políticas Penais

Orientação técnica conjunta – Depen e CNJ – Sobre implantação e fortalecimento de serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional (Patronatos/Escritórios Sociais) no âmbito dos convênios firmados a partir da Portaria Depen 403/2020

Orientação Técnica Conjunta nº 1 CNJ e MPT para Efetivação das Cotas Legais de Contratação de Pessoas Presas ou Egressas do Sistema Prisional em Serviços Contratados por Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e pelo Poder Judiciário

Nota Técnica – Depen e CNJ – sobre procedimentos quanto às ações de fomento à leitura, à cultura e aos esportes em ambientes de cárcere, integrando a política de educação para o sistema prisional

Orientação conjunta CNJ e Observatório COVID-19 BR – sobre a atualização dos protocolos de prevenção da Covid-19 em espaços de privação de liberdade

Orientação Técnica DMF/CNJ n. 1 sobre Remição de Pena pelas Práticas Sociais Educativas

Portaria Conjunta nº 2 – CNJ e Ministério da Saúde – que estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento de corpos durante a situação de pandemia da Covid-19

Orientação Técnica para efetivação da resolução CNJ nº 307, que instituiu a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário

ANEXO II

PRODUTOS DE CONHECIMENTO

Publicações editadas nas séries Fazendo Justiça e Justiça Presente

PROPORCIONALIDADE PENAL

Alternativas Penais

- Manual de Gestão para as Alternativas Penais
- Guia de Formação em Alternativas Penais I – Postulados, Princípios e Diretrizes para a Política de Alternativas Penais no Brasil
- Guia de Formação em Alternativas Penais II – Justiça Restaurativa
- Guia de Formação em Alternativas Penais III – Medidas Cautelares Diversas da Prisão
- Guia de Formação em Alternativas Penais IV – Transação Penal, Penas Restritivas de Direito, Suspensão Condicional do Processo e Suspensão Condicional da Pena Privativa de Liberdade
- Guia de Formação em Alternativas Penais V - Medidas Protetivas de Urgência e demais ações de Responsabilização para Homens Autores de Violências Contra as Mulheres
- Diagnóstico sobre as Varas Especializadas em Alternativas Penais no Brasil
- Levantamento Nacional Sobre a Atuação dos Serviços de Alternativas Penais no Contexto da Covid-19
- 3º Fórum Nacional de Alternativas Penais (FONAPE) - Encarceramento em Massa e Alternativas à Prisão: 30 anos das Regras de Tóquio das Nações Unidas
- Fortalecendo vias para as alternativas penais – Um levantamento nacional da aplicação do Acordo de Não Persecução Penal no Brasil

Monitoração Eletrônica

- Modelo de Gestão para Monitoração Eletrônica de Pessoas (tradução para inglês e espanhol)
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para os Órgãos de Segurança Pública (tradução para inglês e espanhol)
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para a Rede de Políticas de Proteção Social (tradução para inglês e espanhol)
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para o Sistema de Justiça (tradução para inglês e espanhol)
- Monitoração Eletrônica Criminal: evidências e leituras sobre a política no Brasil
- Sumário Executivo Monitoração Eletrônica Criminal: evidências e leituras sobre a política no Brasil

Audiências de Custódia

- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros Gerais (sumários executivos em português / inglês / espanhol)
- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros para Crimes e Perfis Específicos
- Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia: Parâmetros para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (sumários executivos em português / inglês / espanhol)
- Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus Tratos na Audiência de Custódia (sumários executivos em português / inglês / espanhol)
- Manual sobre Algemas e outros Instrumentos de Contenção em Audiências Judiciais: Orientações práticas para implementação da Súmula Vinculante n. 11 do STF pela magistratura e Tribunais (Handbook on Handcuffs and Other Instruments of Restraint in Court Hearings) (Sumários executivos – português / inglês / espanhol)
- Caderno de Dados I – Dados Gerais sobre a Prisão em Flagrante durante a Pandemia de Covid-19
- Cadernos de Dados II – Covid-19: Análise do Auto de Prisão em Flagrante e Ações Institucionais Preventivas
- Manual de Arquitetura Judiciária para a Audiência de Custódia

Central de Regulação de Vagas

- Central de Regulação de Vagas: Manual para a Gestão da Lotação Prisional
- Folder Central de Regulação de Vagas

Materiais informativos

- Cartilha Audiência de Custódia: Informações Importantes para a Pessoa Presa e Familiares
- Relatório Audiência de Custódia: 6 Anos

UNODC: Manuais de Justiça Criminal – Traduções para o português

- Manual de Princípios Básicos e Práticas Promissoras sobre Alternativas à Prisão
- Manual sobre Programas de Justiça Restaurativa

CIDADANIA E ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA

Política para Pessoas Egressas

- Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I: Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II: Metodologia para Singularização do Atendimento a Pessoas em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais III: Manual de Gestão e Funcionamento dos Escritórios Sociais
- Começar de Novo e Escritório Social: Estratégia de Convergência
- Guia para monitoramento dos Escritórios Sociais
- Manual de organização dos processos formativos para a política nacional de atenção às pessoas egressas do sistema prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais IV: Metodologia de Enfrentamento ao Estigma e Plano de Trabalho para sua Implantação
- Guia Prático de Implementação da Rede de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional – Raesp
- Relatório de Monitoramento dos Escritórios Sociais – Ano 2022

Política Prisional

- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno I: Fundamentos Conceituais e Principiológicos
- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno II: Arquitetura Organizacional e Funcionalidades
- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno III: Competências e Práticas Específicas de Administração Penitenciária
- Diagnóstico de Arranjos Institucionais e Proposta de Protocolos para Execução de Políticas Públicas em Prisões
- Os Conselhos da Comunidade no Brasil
- Manual de Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade

Políticas de Promoção da Cidadania

- Cartilha de direitos das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional
- Manual da Política Antimanicomial do Poder Judiciário – Resolução CNJ n. 487 de 2023

SISTEMAS E IDENTIFICAÇÃO CIVIL

- Manual de instalação e configuração do software para coleta de biometrias – versão 12.0
- Manual de Identificação Civil e Coleta Biométrica
- Manual de Identificação Civil e Coleta Biométrica nas Unidades Prisionais
- Folder Documento Já!
- Guia On-line com Documentação Técnica e de Manuseio do SEEU
- Manual do Módulo Documentação Civil no SEEU – Perfil Depen

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

- Caderno I – Diretrizes e Bases do Programa – Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade
- Caderno II – Governança e Arquitetura Institucional – Guia para Programa de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade
- Caderno III – Orientações e Abordagens Metodológicas – Guia para Programa de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade
- Reentradas e Reiteraões Infracionais: Um Olhar sobre os Sistemas Socioeducativo e Prisional Brasileiros
- Manual sobre Audiências Concentradas para Reavaliação das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação
- Manual Resolução CNJ 367/2021 – A Central de Vagas do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
- Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil (tradução para inglês e espanhol)
- Manual Recomendação nº 87/2021 – Atendimento inicial e integrado a adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional
- Manual Resolução CNJ 77/2009 – Inspeções Judiciais em unidades de atendimento socioeducativo
- Manual de Orientação Técnica para Preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeção em Unidades e Programas Socioeducativos
- Guia para Preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeção em Unidades e Programas Socioeducativas (Cniups) - (Meio Fechado)
- Guia sobre orçamento público e captação de recursos na política estadual de atendimento socioeducativo
- Sumário Executivo – Guia sobre orçamento público e captação de recursos na política estadual de atendimento socioeducativo

GESTÃO E TEMAS TRANSVERSAIS

- Manual Resolução nº 287/2019 – Procedimentos Relativos a Pessoas Indígenas Acusadas, Rés, Condenadas ou Privadas de Liberdade
- Relatório Mutirão Carcerário Eletrônico – 1ª Edição Espírito Santo
- Relatório de Monitoramento da Covid-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas I
- Relatório de Monitoramento da Covid-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas II
- Manual Resolução nº 348/2020 – Procedimentos relativos a pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade
- Relatório Calculando Custos Prisionais – Panorama Nacional e Avanços Necessários
- Manual Resolução nº 369/2021 – Substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência

- Projeto Rede Justiça Restaurativa – Possibilidades e práticas nos sistemas criminal e socioeducativo
- Pessoas migrantes nos sistemas penal e socioeducativo: orientações para a implementação da Resolução CNJ nº 405/2021
- Comitês de Políticas Penais – Guia prático para implantação
- Diálogos Polícias e Judiciário – Diligências investigativas que demandam autorização judicial
- Diálogos Polícias e Judiciário – Incidências do Poder Judiciário na responsabilização de autores de crimes de homicídio: possibilidades de aprimoramento
- Diálogos Polícias e Judiciário – Participação de profissionais de segurança pública em audiências judiciais na condição de testemunhas
- Diálogos Polícias e Judiciário – Perícia Criminal para Magistrados
- Diálogos Polícias e Judiciário – Folder Alternativas Penais: medidas cautelares diversas da prisão
- Diálogos Polícias e Judiciário – Folder Alternativas Penais: penas restritivas de direitos, suspensão condicional do processo e suspensão condicional da pena
- Diálogos Polícias e Judiciário – Folder A Lei Maria da Penha e as medidas protetivas de urgência
- Diálogos Polícias e Judiciário – Folder Monitoração Eletrônica
- Pessoas LGBTI no Sistema Penal – Cartilha para implementação da Resolução CNJ 348/2020
- Pessoas LGBTI no Sistema Socioeducativo – Cartilha para implementação da Resolução CNJ 348/2020
- Informe – O sistema prisional brasileiro fora da Constituição 5 anos depois: Balanço e projeções a partir do julgamento da ADPF 347
- Informe – Transformando o Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras: Caminhos e avanços a partir do julgamento cautelar da ADPF 347
- Fazendo Justiça – Conheça histórias com impactos reais promovidos pelo programa no contexto da privação de liberdade (traduções – inglês / espanhol)
- Caderno de orientações técnicas para o mutirão processual penal 2023
- Manual Legislação de Proteção de Dados Pessoais – Plataforma Socioeducativa
- Equipes interdisciplinares do Poder Judiciário: Levantamento Nacional e Estratégias de Incidência
- Relatório Mutirão Processual Penal 2023

PRODUTOS INFORMATIVOS

- Vídeo e folder institucional do programa, com versão legendada em inglês
- 29 folders institucionais com ações do programa
- Cartilha para pessoa custodiada + 8 vídeos institucionais detalhando etapas da audiência de custódia + 8 Cartazes (inclusive com tradução para as línguas indígenas Nheengatu, Baniwa, Tukano, Marubo, Kanamari, Matis, Tikuna, Parikwaki e Kheuól)
- Relatório Audiências de Custódia 6 anos + 5 vídeos institucionais comemorativos
- Vídeo e folder institucional Ação Nacional Documentação Civil e Documentação
- Vídeo e folder institucional Central de Regulação de Vagas
- Vídeo institucional Escritório Social 5 anos + Cartaz + 2 folders institucionais sobre o serviço
- Vídeo institucional Escritório Social Virtual
- Vídeo institucional sobre monitoração eletrônica e a Resolução CNJ 412/2021
- Campanha monitoração eletrônica - vídeos informativos para sistema de justiça e para a população em geral (versões em inglês e espanhol)
- Vídeo institucional com ações no campo socioeducativo

- Vídeo institucional sobre a Plataforma Socioeducativa
- Vídeo institucional com linha do tempo sobre Política Antimanicomial
- Campanha Fazendo Justiça - Histórias de Impacto - Livreto (versões inglês e espanhol) + seis vídeos institucionais
- Campanha Elas Fazem História - Mulheres no campo da privação de liberdade
- Informativo O Sistema Prisional Brasileiro fora da Constituição - 5 anos depois
- Folders Diálogos Polícias e Judiciário + campanha de divulgação dos oito produtos da parceria:
- Alternativas penais: medidas cautelares diversas da prisão - O que são e quando são usadas?
- Alternativas penais: penas restritivas de direitos, suspensão condicional do processo e suspensão condicional da pena - O que são e para que servem?
- A lei Maria da Penha e as medidas protetivas de urgência
- Monitoração eletrônica - Quando é usada e como funciona?

FICHA TÉCNICA

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ)

Juizes auxiliares da Presidência

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi (Coordenador); Edinaldo César Santos Junior; João Felipe Menezes Lopes; Jônatas dos Santos Andrade; Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Equipe

Alcineide Moreira Cordeiro; Alessandra Amâncio; Alexandre Padula Jannuzzi; Alisson Alves Martins; Ana Clara Rodrigues da Silva; Anália Fernandes de Barros; Andrea Vaz de Souza Perdigão; Ane Ferrari Ramos Cajado; Camila Curado Pietrobelli; Camilo Pinho da Silva; Carolina Castelo Branco Cooper; Caroline Xavier Tassara; Carolini Carvalho Oliveira; Danielle Trindade Torres; Emmanuel de Almeida Marques Santos; Flavia Cristina Piovesan; Helen dos Santos Reis; Jehn Tupinambá Karipuna Monteiro; Jessica Sales Lemes; Joaquim Carvalho Filho; João Pedro Figueiredo dos Reis; Joseane Soares da Costa Oliveira; Karla Cariz Barreira Teodosio; Karla Marcovecchio Pati; Larissa Lima de Matos; Liana Lisboa Correia; Lino Comelli Junior; Luiz Victor do Espírito Santo Silva; Mariana Py Muniz; Melina Machado Miranda; Nayara Teixeira Magalhães; Natália Faria Resende Castro; Renata Chiarinelli Laurino; Roberta Beijo Duarte; Saôry Txheska Araújo Ferraz; Sirlene Araujo da Rocha Souza; Thais Gomes Ferreira; Valter dos Santos Soares; Wesley Oliveira Cavalcante

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni
Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Unidade de Gestão de Projetos (UGP)

Gehysa Lago Garcia; Mayara Sena; Michelle Souza; Paula Bahia Gontijo; Thais de Castro de Barros; Thessa Carvalho

Equipe Técnica

Coordenação-Geral

Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Adrianna Figueiredo Soares da Silva; Alexandre Lovatini Filho; Amanda Pacheco Santos; Ana Virgínia Cardoso; André Zanetic; Apoena de Alencar Araripe Pinheiro; Bernardo da Rosa Costa; Bruna Milanez Nascimento; Bruna Nowak; Daniela Correa Assunção; Debora Neto Zampier; Edson Orivaldo Lessa Júnior; Erineia Vieira Silva; Fernanda Coelho Ramos; Francisco Jorge H. Pereira de Oliveira; Gustavo Augusto Ribeiro Rocha; Gustavo Carvalho Bernardes; Gustavo Coimbra; Isabelle Cristine Rodrigues Magalhães; Ísis Capistrano; Jamil Oliveira de Souza Silva; José Lucas Rodrigues Azevedo; Karla Bento Luz; Klícia de Jesus Oliveira; Leonam Francisco Toloto Bernardo; Leonardo Sangali Barone; Lidia Cristina Silva Barbosa; Lidiani Fadel Bueno; Liliane Silva; Lívia Soares Jardim; Luciana da Silva Melo; Marcela Elena Silva de Moraes; Mariana Cristina Zampieri; Mayara Miranda; Mário Henrique Ditticio; Melissa Rodrigues Godoy dos Santos; Midiã Noelle Santos de Santana; Natália Caruso Theodoro Ribeiro; Nataly Pereira Costa; Natasha Holanda Cruz; Neylanda de Souza Cruz; Paulo Henrique Barros de Almeida; Pedro Zavitoski Malavolta; Polliana Andrade e Alencar; Renata Alyne de Carvalho; Renata de Assumpção Araújo; Semilla Dalla Lasta de Oliveira; Sérgio Coletto; Vivian Delácio Coelho; Wallysson José Fernandes Júnior; Walter Vieira Sarmento Júnior; Wesley Alberto Marra; Yasmin Batista Peres

Eixo 1

Fabiana de Lima Leite; Janaina Homerin; Jamile dos Santos Carvalho; Joyce Ana Macedo de Sousa Arruda; Izabella Lacerda Pimenta; Isabela Rocha Tsuji Cunha; Lucas Pereira de Miranda; Manuela Abath Valença; Priscila Coelho; Zuleica Garcia de Araújo

Eixo 2

Fernanda Machado Givisiez; Nadja Furtado Bortolotti; Eduarda Lorena de Almeida; Dillyane de Sousa Ribeiro; Iasmim Baima Reis; Sara de Souza Campos; Tabita Aija Silva Moreira

Eixo 3

Felipe Athayde Lins de Melo; Pollyanna Bezerra Lima Alves; Francine Machado de Paula; Sandra Regina Cabral de Andrade; Ítalo Barbosa Lima Siqueira; Mariana Nicolau Oliveira; Natália Vilar Pinto Ribeiro

Eixo 4

Alexander Cambraia N. Vaz; Alexandra Costa; Ângela Christina Oliveira Paixão; Alison Adalberto Batista; Moacir Chaves Borges; Rose Marie Santana; Valessio Soares de Brito; Flávia Franco Silveira; Alessandro Antônio da Silva Brum; Andréa Letícia Carvalho Guimarães; Ângela Cristina Rodrigues; Amanda Sanches Daltro de Carvalho; Fernanda Rocha Falcão Santos; Geovane Pedro da Silva; Gildo Joaquim de Alves de A Rêgo; Gustavo Ferraz Sales Carneiro; Ligiane Fernanda Gabriel; Lunna Luz Costa; Martina Bitencourt; Marcelo de Oliveira Saraiva; Patrícia Castilho da Silva Cioccarri; Roberto Marinho Amado; Tamiz Lima Oliveira; Tarcia de Brito; Thais Barbosa Passos; Virgínia Bezerra Bettega Popiel; Vivian Murbach Coutinho; Hely Firmino de Sousa; Anderson Paradelas R. Figueiredo; Alef Batista Ferreira; Alisson Lopes de Sousa Freitas; Ana Rita Reis e Rocha; André Moreira; Angélica Leite de Oliveira Santos; Antônio Rodrigues Pinto Jr; Áulus Diniz; Benício Ribeiro da Paixão Júnior; Carlos Augusto Gurgel de Sousa; Clara Brigitte Rodrigues Monteiro; Cledson Alves Junior; Cleide Cristiane da Silva; Cristiano Nascimento Pena; Denys de Sousa Gonçalves; Edilene Ferreira Beltrão; Elaine Venâncio Santos; Elenilson Chiarapa; Felipe Carolino Machado; Fernanda de Souza Carvalho Oliveira; Heiner de Almeida Ramos; Humberto Adão de Castro Júnior; Jeferson da Silva Rodrigues; Jéssika Braga Petrilio Lima; João Batista Martins; Jorge Lopes da Silva; Josiane do Carmo Silva; Jucinei Pereira dos Santos; Leandro Souza Celes; Leonardo dos Reis Aragão; Leonardo Lucas Ribeiro; Lian Carvalho Siqueira; Lidiani Fadel Bueno; Luciana Gonçalves Chaves Barros; Marcel Phillipe Fonseca; Marcelo Ramillo; Maria Tereza Alves; Martina Hummes Bitencourt; Matias Severino Ribeiro Neto; Neidijane Loiola; Paulo Henrique Barros de Almeida; Rafael Ramos; Raquel Almeida Oliveira Yoshida; Régis Paiva; Reryka Rubia Silva; Rodrigo de Santis Vieira da Silva; Rodrigo Louback Adame; Roger Araújo Gonçalves Ferreira; Rogerio Martins de Santana; Simone Rodrigues Levenhagem; Torquato Barbosa de Lima Neto; Vanessa Branco; Wellington Fragoso de Lira; Jean Carillo Jardim Costa; Yuri Bispo

Coordenações Estaduais

Adriana Raquel (GO); Camila Belinaso (RS); Cláudia Gouveia (MA); Daniela Bezerra Rodrigues (RN); Daniele Rebouças (MT); Fernanda Nazaré Almeida (PA); Flávia Ziliotto (PR); Higor Cataldo (AP); Isabela Cunha (SE); Jackeline Freire Florêncio (PE); Jaira Magalhães (RR); Juliana Marques Resende (MS); Luanna Marley (AM); Lucas Pereira de Miranda (MG); Lucilene Mol (ES); Mariana Cavalcante de Moura (PI); Mariana Leiras (RJ); Pâmela Dias Villela Alves (AC); Thabada Almeida (PB)



FAZENDO **JUSTIÇA**



